



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ACTA DA 1ª. REUNIÃO DA 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 31 DE MARÇO DE 2008 -----

----- ACTA Nº. 3 / 2008 -----

----- Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e oito, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, tendo como Primeiro Secretário, o Senhor Vidal Diogo Fernandes Antão e como Segundo Secretário, a Senhora Doutora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha.-----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas dezasseis horas e quinze minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a Primeira Reunião da Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e oito Membros (Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, Nuno Emanuel Campilho Mourão Coelho, Salvador António Martins Bastos Costeira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Miguel de Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Horácio Luís Louro da Silva, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha, José Jorge Pereira, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Paulo José Frischknecht, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Eugénia Maria Sauvage de Sousa Godinho, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, Arnaldo

António Pereira, Daniel dos Reis Branco, Joaquim Vieira Cotas, Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva, Feliciano Teixeira Bernardo) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Nuno Ricardo de Almeida Neto, Luís Filipe Pereira Santos, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Carlos Jaime Fonseca Santos, Luísa Maria Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes e António Vieira Grosso pediram a sua substituição para esta reunião tendo sido substituídos pelos Senhores Luís Miguel de Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Carlos Luís Almeida Pereira, Horácio Luís Louro da Silva, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Eugénia Maria Sauvage de Sousa Godinho, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, Joaquim Vieira Cotas, Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva e Feliciano Teixeira Bernardo.-----

-----Faltaram os Senhores Fernando Victor Beirão Alves, António Ricardo Henriques Costa Barros, Carlos Luís Almeida Pereira, Eduarda Maria Ribeiro de Matos Godinho, tendo a Mesa justificado as respectivas faltas.-----

-----O Senhor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, apresentou Renúncia de Mandato. -- -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras, o Senhor Vice-Presidente Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e os Senhores Vereadores Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, José Eduardo Leitão Pires da Costa e Pedro Miguel dos Anjos Simões.-----

## **2. ORDEM DE TRABALHOS**-----

-----Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----1. Apreciação do Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, relativo ao ano de 2006.-----

**3. O Senhor Presidente da A.M,** iniciou a reunião dizendo o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Vamos dar início aos nossos trabalhos e cumprimento os Senhores Deputados, a Câmara, na pessoa do Senhor Vice-Presidente e a Senhora Doutora Maria da Luz Duque, que é a Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJ), a quem, desde já, agradeço a sua presença e disponibilidade.-----

----- Dou conhecimento de que o Partido Social Democrata entregou na Mesa um Voto de Pesar, que irei passar a ler e coloco à discussão porque, senão, perde a oportunidade, pois só iremos ter reunião Ordinária no final de Abril.”-----

### ----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Considerando,-----

----- O falecimento, em condições de todos conhecidas, do jovem Diogo Ferreira, no Parque do Centro “Oeiras Parque”; -----

----- A gratuitidade de tal acto que tirou a vida a um jovem, estudante/trabalhador, civicamente empenhado;-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, delibera apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Diogo Ferreira, voto este a transmitir à sua Excelentíssima Família.”-----

### **3.1.VOTAÇÃO - VOTO DE PESAR**-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do jovem Diogo Ferreira, apresentado pelo Partido Social Democrata, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo doze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 19/2008** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CIDADÃO DIOGO FERREIRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD.** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo doze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais À Frente, nove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar um Voto de Pesar, a ser transmitido à respectiva família, apresentado pelo Partido Social Democrata, pelo falecimento do cidadão Diogo Ferreira. -----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.”-----

#### **4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

##### **4.1. Apreciação do Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, relativo ao ano de 2006.-----**

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“De acordo com a Ordem de Trabalhos dou a palavra à Doutora Maria da Luz Duque para fazer o favor de nos apresentar o relatório referente a dois mil e seis.”-----

-----A **Senhora Maria da Luz Duque, Presidente da CPCJ** referiu o seguinte:-----

-----“Queria começar por agradecer a possibilidade que nos foi dada, de estar aqui hoje, não só para apresentar o relatório de dois mil e seis, mas, também, para podermos conversar um pouco convosco sobre esta questão das crianças, que é para nós tão importante e, concerteza, também o é para vós.-----

-----A apresentação do relatório vai ser feita por mim, pela Doutora Luísa Horta e Costa, que é, neste momento, a Secretária da Comissão e por alguns elementos da Comissão Alargada, encontrando-se o Doutor António Santinha e a Doutora Ana Faustino, sendo, portanto, quadripartida a apresentação.-----

-----Gostaria de começar por dizer que distribuímos a Convenção dos Direitos da Criança que é, para nós, um documento fundamental que implica politicamente todas as pessoas, e muitas destas, provavelmente, ainda não o conhecem.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portugal ratificou a convenção em mil novecentos e noventa, através dos seus Órgãos de Soberania e, a partir daí, a convenção tomou forma de Lei. Apesar disso as crianças ainda são, hoje em dia, vítimas de maus-tratos, abandonos, violência das mais variadas formas e, portanto, é preciso criar alguns mecanismos, algumas equipas transdisciplinares para tentar colmatar este problema das crianças ainda não terem os seus direitos assegurados.-----

----- A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras foi declarada pela Portaria cento e vinte e dois, de dois mil, de trinta de Dezembro, pese embora o Concelho de Oeiras desde mil novecentos e noventa e quatro ter já instalada uma Comissão de Protecção de Menores, sendo dos primeiros concelhos do País onde ela foi criada. Depois com esta nova Portaria foram alterados alguns dos funcionamentos que estavam regulados para a antiga Comissão de Protecção de Menores e, hoje em dia, porque as crianças não são menores, antes pelo contrário, são maiores, o nome foi mudado e, quanto a mim muito bem, para Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras e, por isso, apelo a que todas as pessoas que estão aqui passem a designá-la assim. Às vezes, até nós, na Comissão temos dificuldade, ainda, em não chamar menores às crianças e acho que temos que fazer cultura neste sentido.-----

----- A competência e funcionamento da Comissão está bem regulada, por uma lei a que estamos obrigados, que é a Lei cento e quarenta e sete, de noventa e nove, de um de Setembro. --

----- A Comissão é uma instituição oficial não judiciária. Tem autonomia funcional e visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações que afectem a sua segurança, saúde, formação, educação ou o seu desenvolvimento integral.-----

----- As crianças precisam de ser protegidas pois não têm autonomia e precisam de ter alguém que as represente e proteja. A intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens é legítima quando a pessoa, ou os pais, ou quem tem a criança à sua guarda, não a proteger o suficiente, quer em termos de segurança, saúde, formação, educação, desenvolvimento, ou quando a criança estiver em perigo e não houver ninguém que o remova. ---

-----Aproveito para dizer que nós, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, temos as nossas instalações situadas no Bairro do Pombal.-----

-----Os princípios que orientam o funcionamento da Comissão são vários:-----

-----O interesse superior da criança e do jovem é um assunto que, hoje em dia, tem sido alvo de muita discussão, dado que é o seu interesse superior, tendo em conta que já são indivíduos de pleno direito e de direitos, penso que não cria tanta discussão ou dúvida quanto a isso. As crianças são sujeitos de direitos e, portanto, têm de os ter assegurados como qualquer outra pessoa.-----

-----Outro princípio orientador do nosso trabalho é a privacidade e a intervenção precoce, pois, quanto mais cedo nos chegarem as situações de crianças em perigo melhor será o nosso trabalho, porque como sabem os primeiros anos das crianças são fundamentais no seu desenvolvimento e quanto mais cedo nós conseguirmos intervir melhor poderemos fazer.-----

-----A intervenção deve ser mínima, não devendo ter aquela atitude de querer saber tudo e mais alguma coisa sobre as crianças e as famílias, se isso não servir para nada. Devemos ter uma intervenção mínima e que seja só para minimizar o problema de perigo com que nos deparamos. Deve ser proporcional e actual, portanto, não vamos vasculhar nos problemas que já estão resolvidos lá para trás, nem deles, nem da família. Temos de responsabilizar em primeiro lugar os pais, pois a família o Órgão que nós privilegiamos, já que tem um poder muito maior do que qualquer Comissão, Comunidade. É, na verdade, a família quem tem mais poder relativamente aos direitos das crianças. Há uma obrigatoriedade de informação e é obrigatório ouvir as próprias crianças e fazer com que elas participem, quer as crianças, quer as famílias. ----

-----Um outro princípio orientador da nossa lei e trabalho é o de subsidiariedade, o qual interessa aqui falar.-----

-----A Comissão é um patamar intermédio entre os tribunais e as entidades com competência na matéria de infância e juventude, o que quer dizer que se todas elas com estas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

competências neste Concelho funcionassem bem, de uma forma articulada, se calhar havia muito menos situações a chegar à Comissão. Esta e os tribunais, existem porque não conseguimos colmatar os problemas e consignar os direitos num primeiro patamar de intervenção.-----

----- Por conseguinte, temos como fundamental a família e no topo da pirâmide os tribunais, o Ministério Público, que trabalha em defesa das crianças, e também a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.-----

----- Há, efectivamente, nesta lei, também, o dever de colaboração. Os serviços, as autoridades, as pessoas colectivas têm o dever de colaborar com a Comissão, quer as autoridades administrativas e policiais, pessoas singulares e colectivas. Hoje em dia, tem-se posto muito o problema deste dever de colaboração, nomeadamente, no que diz respeito aos médicos, onde é que acaba o segredo profissional e onde é que começa o dever de colaboração com a Comissão. E tendo em conta o nosso princípio de intervenção mínima, às vezes, não nos interessa saber qual é a patologia da criança, o que nos interessa saber é se a criança está, efectivamente, a cumprir o seu calendário de vacinação, a sua ida às consultas e, se não for necessário, não deve andar-se a vasculhar a vida da criança.-----

----- O apoio logístico é-nos dado pela autarquia e a competência territorial é o Concelho de Oeiras.------

----- Temos o acompanhamento, apoio e avaliação feito pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e, também, pelo Ministério Público que vai acompanhando regularmente o trabalho da Comissão, nomeadamente, em relação aos maus-tratos e às negligências graves.-----

----- A Comissão tem duas formas de funcionamento: sob a forma de Comissão Alargada e sob a forma de Comissão Restrita.-----

----- O Concelho de Oeiras tem sido, de algum modo, pioneiro em relação à Comissão Alargada.------

-----Enquanto que a Comissão Restrita, como iremos depois mostrar, tem a ver com os processos, eu, como médica de saúde pública, privilegio muito a Comissão Alargada, porque esta tem a ver com o trabalho de prevenção, ou seja, antes de acontecer. A Comissão Alargada deverá informar a Comunidade, realizar acções, sempre com vista à promoção dos direitos das crianças, identificar e mobilizar recursos, colaborar na elaboração de projectos, dinamizar e dar parecer sobre programas e aprovar o relatório anual. -----

-----Neste momento, e em dois mil e seis, temos três grupos a funcionar de uma forma activa.-----

-----Temos o Grupo “Dar voz às crianças”, tendo em conta que a participação das crianças é fundamental, pois não podemos trabalhar para elas, mas sim, com elas e, muitas vezes, estamos a trabalhar para as crianças, sem sabermos o que elas querem, sem sequer as ouvirmos. -

-----O Grupo da “Articulação Inter-Institucional” é fundamental, pois nós vemos, hoje em dia, crianças que passam pela saúde, segurança social, junta de freguesia, pela escola e estes serviços não falam uns com os outros, sobre as mesmas, sendo por isso essencial que as instituições, que têm a ver com a infância, se articulem e tenham um olhar conjunto sobre as crianças para não haver uma prejudicial panóplia de intervenções. -----

-----O Grupo “Conversando como Pais” que tem sido uma tentativa de pôr os pais também a funcionar como agentes privilegiados. -----

-----A Comissão Alargada reúne, de dois em dois meses, em plenário e quando necessário, mais vezes, em reuniões parcelares. -----

-----A Comissão Restrita é uma parte da Comissão Alargada, portanto, todos os elementos da Restrita fazem parte da Alargada e é à Comissão Restrita que chegam as sinalizações das crianças com maus-tratos, vítimas de violência, de abandono escolar, de negligência, expostas a modelos de comportamentos desviantes, enfim, é inimaginável para esta Assembleia o que acontece, nesta área, neste e noutros concelhos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- À Comissão Restrita compete gerir e proceder à instrução dos processos, apreciar as situações, solicitar a colaboração, aplicar as medidas e informar a Comissão Alargada. Esta é constituída por representantes das várias entidades do Concelho, nomeadamente, da Autarquia, Educação, IPSS's, Misericórdia, Saúde e Segurança Social. -----

----- Para além do reforço técnico, temos dois técnicos a tempo inteiro que são considerados reforço técnico, são daqueles que vinham há muito tempo nos jornais que nunca mais chegavam e, em boa hora, chegaram porque, realmente, têm sido um reforço e fundamentais para o nosso trabalho. -----

----- A Autarquia também tem dado um contributo fundamental e nós temos tentado estar presentes nas Comissões Sociais de Freguesia, bem como, aproximar, cada vez mais, a Comissão do terreno e, assim, temos tido a colaboração da maior parte das Juntas de Freguesia que designaram elementos seus, técnicos, psicólogos, sociólogos e temos, neste momento, representantes de quase todas as Juntas de Freguesia nesta equipa da Comissão Restrita. É uma equipa que reúne semanalmente, tem um enorme volume de trabalho e, mais uma vez, digo que precisamos, imenso, de mais técnicos, pois só conseguimos trabalhar se conseguirmos agilizar os serviços de primeira linha. -----

----- A gestão dos processos passa por, quando nos chega uma sinalização, abrir-se um processo e distribuir-se, sendo-lhe atribuído um coordenador ou gestor de processo e tendo sempre que haver o consentimento da família, ou de quem tem a criança à guarda, portanto, esta é uma das grandes diferenças entre nós e os tribunais. Se a família, ou a criança com mais de doze anos, não consentir na nossa intervenção, o processo segue, de imediato, para tribunal. Se a criança, ou a família consentir, temos que ampliar o diagnóstico, tentar perceber o que se passa, e, ou se arquiva, se não houver razão para se considerar uma situação de perigo, ou se aplica uma medida de promoção e protecção, tentando, sempre, aplicar essas medidas, primeiramente, para que mantenham a criança junto da família. -----

-----Há aquela ideia de que as Comissões tiram as crianças às famílias, mas, efectivamente, é a última medida que nós aplicamos. Às vezes, é necessário acolher as crianças institucionalmente, mas esta, é uma medida de última linha. A primeira é, realmente, ter a criança com a família e apoiar esta. Uma outra medida, tem a ver com encontrar algum familiar na família alargada, ficando a criança com este, ou ainda com alguém com quem a mesma tenha uma relação privilegiada, e, só depois, de esgotar essas medidas, é que há um acolhimento temporário, ou mais prologando, ou, mesmo, uma proposta para adopção.-----

-----Se não subsiste o perigo arquiva-se, ou pode mandar-se para Tribunal se for caso disso, pois nós para aplicação da medida precisamos, também, de um consentimento para intervir e, depois de deliberarmos a medida em reunião da Comissão, precisamos, ainda, que a família concorde com aquela medida. Portanto, mais uma vez vos digo, nunca retiramos crianças sem consentimento da família, já que esta tem sempre de concordar com a aplicação da medida. É importante que esta imagem negativa deixe de existir, porque ela é má para a Comissão, dificulta-lhe o trabalho e é, também, mau para as pessoas que, às vezes, não dão consentimento com medo que nós sejamos um grupo de malfeitores. Por isso, é bom que os Senhores fiquem com a ideia que a Comissão tenta sempre privilegiar a família e a inserção da criança na mesma.” --- -----

-----A **Senhora Luísa Horta e Costa, Secretária da CPCJ** interveio dizendo: -----

-----“Nós trazemos alguns dados comparativos, relativamente, ao ano de dois mil e cinco porque, habitualmente, fazemos o relatório tentando fazer comparações anteriores.-----

-----Temos, no ano de dois mil e cinco, os processos transitados, que são processos que passaram de um ano para o outro, os processos instaurados, e os que são reabertos. Estes últimos, são de crianças que já tinham o processo arquivado porque na altura já não subsistia o perigo, mas, entretanto, aconteceu outra situação e tiveram que ser abertos. -----

-----Comparativamente entre dois mil e cinco e dois mil e seis foi um crescente em todos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os itens. Proporcionalmente a dois mil e quatro houve uma subida de cerca de vinte por cento dos processos.-----

----- Relativamente ao sexo, não há diferença neste ano de dois mil e seis e, como nós já temos o relatório de dois mil e sete preparado, posso já avançar que o sexo masculino teve, realmente, uma subida bastante grande no ano dois mil e sete, mas em dois mil e seis não. -----

----- Por escalão etário, temos dos seis aos dez anos que se mantém, e tem-se vindo a manter ao longo dos anos, sempre o mais elevado, mas se considerarmos esta primeira idade, dos zero aos dez anos, a maioria está aí centrada e, se passarmos ao escalão dos mais pequeninos, estamos com trinta e um vírgula cinco por cento dos zero aos cinco anos. -----

----- Nos pequeninos, quinze vírgula seis por cento, ou seja, subiu de dois mil e cinco para dois mil e seis. Por um lado, isto poderá querer dizer aquilo que a Doutora Maria da Luz estava a falar da intervenção precoce, por começarmos mais cedo ou, poderá querer dizer que as instituições estão mais despertas para o problema dos pequeninos, ou, querer dizer que estas crianças pequeninas estão cada vez mais a sofrer maus-tratos. É pena que não consigamos fazer a diferença, pois precisávamos de uma faculdade ao nosso lado que fizesse este tipo de trabalho numa tese de doutoramento ou qualquer coisa nesse género, pois seria muito importante sabermos. - -----

----- Depois, temos o escalão dos quinze aos dezassete, os jovens que entram na pré-delinquência, se é que se pode chamar isto, e como vêm, passou de nove a dezasseis vírgula quatro por cento, tendo, também, disparado no ano de dois mil e sete. -----

----- Temos conseguido fazer este trabalho, numa relação de proximidade com as freguesias e os dados mostram que a Freguesia de Carnaxide tem sido a mais problemática ao longo dos anos, tanto em dois mil e cinco, como em dois mil e seis e, novamente, em dois mil e sete, segundo o relatório que também já está pronto. Temos Oeiras e Porto Salvo a descer, sendo que esta descida só se mantém na Freguesia de Oeiras, relativamente a dois mil e sete, pois Porto

Salvo voltou a subir, sendo que a Freguesia de Caxias, este ano, manteve-se muito mais estável, e a Freguesia de Carnaxide que vai, novamente, subir, o que se verificou de dois mil e cinco para dois mil e seis e, novamente, em dois mil e sete. -----

-----Neste momento, vão integrar a equipa restrita dois técnicos da Freguesia de Carnaxide que, embora não pertençam à Junta de Freguesia, têm um protocolo de acordo com a Segurança Social para o Rendimento Social de Inserção, têm duas equipas a funcionar e irão gerir os processos de Carnaxide, além, de todo o trabalho que irão efectuar no terreno a nível da Comissão Alargada para evitar que estes processos nos cheguem.-----

-----Quanto à entidade sinalizadora, qualquer pessoa ou cidadão pode sinalizar, qualquer entidade o pode fazer por escrito, por telefone ou presencialmente. -----

-----Os grandes números foram as autoridades policiais, o ensino e a saúde. -----

-----Num crescente, também, o ensino baixou porque em dois mil e seis tivemos um projecto com as escolas mas, neste momento, temos um projecto e uma forma de trabalhar diferente, que a Doutora Maria da Luz irá explicar, e tivemos uma faixa muito interessante que tem vindo a subir que é a própria família a pedir ajuda. Vemos, que esta já não nos sente tanto, como o papão, mas que, se for necessário, pode dirigir-se a nós para ter alguma ajuda. -----

-----Relativamente à modalidade de contacto, acima de tudo, este, é escrito porque se repararmos no slide anterior são três grandes instituições que fazem a sinalização, ou seja, fazem-na por escrito, como é evidente, e a seguir, presencialmente e por telefone, porque é muito raro fazerem-nos estas chamadas a sinalizarem, habitualmente, deslocam-se a seguir. -----

-----Esta informação era relativamente às entidades sinalizadoras para explicar em dois mil e seis, visto, que agora, isto já não nos acontece, pois havia uma falha muito grande na forma de sinalizar, principalmente, nas entidades, pois, a pessoa, como cidadão se o faz presencialmente, está perante um técnico que irá tentando recolher os dados. Agora, as entidades têm que sinalizar de uma forma diferente porque têm que ter algum trabalho anterior, se nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

lembrarmos daquela pirâmide que tínhamos, portanto, as entidades com competência na matéria da infância e juventude são aquelas que devem fazer a primeira intervenção e, só depois, se não conseguirem resolver o problema, passar para a CPCJ, fazendo uma informação com itens fundamentais, porque chegavam, inclusivamente, sem identificação da criança e sem uma morada e, perante isso, o que é que poderíamos fazer? Assim, são alguns pontos que para nós são fundamentais, não só para haver uma periodização da intervenção, como para não haver uma duplicação de intervenções. -----

----- A nossa grande problemática é a negligência, mas, é uma falsa problemática, porque as problemáticas que estão neste gráfico são aquelas que a Comissão Nacional exige a nível de relatório, portanto, todas elas têm que se encaixar nestes itens e há questões, cada vez mais prementes na nossa sociedade moderna, que não se encaixam em nenhum destes itens e acabam por ter que ser postas na negligência razão pela qual nós dizemos que a negligência tem “costas muito largas”.-----

----- Depois, temos a exposição a modelos de comportamento desviantes e, falamos, acima de tudo, da toxicod dependência e do álcool, dos maus-tratos físicos e do abandono escolar. Tivemos uma negligência que subiu imenso e o abandono escolar que baixou, exactamente pelo mesmo projecto nas escolas.-----

----- Relativamente às nossas medidas, tal como a Doutora Maria da Luz falou, a medida de acolhimento institucional, ou qualquer uma delas, só é efectuada com o consentimento dos pais, tem vindo a baixar, o que aconteceu novamente. Em dois mil e sete passámos para vinte e quatro vírgula um por cento, em dois mil e cinco, para treze vírgula seis, em dois mil e seis e, contrariamente, o apoio junto aos pais tem vindo a aumentar porque é junto dos pais e da família que nós pretendemos actuar.-----

----- A questão dos arquivamentos é interessante, pois se repararem, o arquivamento liminar significava uma coisa que nós fazíamos e que, neste momento, já não fazemos, ou seja, a

partir de dois mil e sete. Este, significava receber uma sinalização e através desta, ou de diligências sumárias mínimas percebermos se havia, ou não, perigo. Chegámos à conclusão que essas diligências sumárias eram muito sintéticas e que, portanto, acabávamos por arquivar processos sem intervir de uma forma um bocadinho mais pormenorizada e sabíamos isso, à custa destes relatórios, pelos processos que reabríamos daquelas crianças, os quais, tínhamos arquivado e, portanto, neste momento o único arquivamento liminar que fazemos é o da competência territorial, ou seja, quando a criança não pertence ao Concelho de Oeiras, não pertence à Comissão de Protecção e arquiva-se liminarmente para a Comissão com competência territorial.-- -----

-----As nossas grandes razões para arquivar os processos são, acima de tudo, a ausência de perigo e os que são remetidos a tribunal por não consentimento, ou por indisponibilidade de meios, ou ainda, porque a própria Comissão não consegue remover o perigo e pede a colaboração do tribunal.” -----

-----A **Senhora Maria da Luz Duque, Presidente da CPCJ** acrescentou o seguinte: ----

-----“Temos alguma preocupação na formação da nossa equipa e, como devem imaginar, as reuniões que nós temos sobre estas problemáticas são causa de muita angústia e, por outro lado, cada elemento do nosso grupo veio de uma instituição e, é fundamental, de vez em quando, pararmos para reflectir, sem ser, apenas, para ver processos de crianças.-----

-----Em Janeiro, até porque era o princípio do ano, parámos, reflectimos um dia e pensámos quais seriam, naquela altura, os maiores problemas da Comissão. -----

-----Achámos que tínhamos falta de formação e de supervisão, falta de recursos e de respostas atempadas da comunidade, a ausência de articulação com o Ministério Público e, com a Comissão Nacional, falta de disponibilidade em tempo dos técnicos e um grande volume processual, porque estes técnicos que estão na Comissão, não estão apenas lá, têm o seu próprio trabalho e isso, de algum modo, é uma mais valia, mas, quanto a mim e outras facções, não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deverá haver uma profissionalização das Comissões, pois estas são constituídas por pessoas que também trabalham na Comunidade e algum do seu tempo é dado ao trabalho nas Comissões.-----

----- Embora o relatório de dois mil e sete esteja pronto, nós não falámos dele, porque, efectivamente, seria incorrecto dá-lo a conhecer, antes da sua aprovação pela Comissão Alargada. No entanto, não resisto a dizer-vos que estes cinco problemas estão, praticamente, todos resolvidos, à excepção do quarto que corresponde à quantidade de pessoas e de tempo disponíveis, pois apesar de tudo, por muita disponibilidade que haja, nunca é a suficiente, sendo, portanto, preciso pôr a funcionar os serviços de primeira linha. -----

----- O nosso plano de acção para dois mil e sete tinha para a Comissão Alargada dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos sub-grupos, de que já vos falei, implementar um projecto de cooperação, que está em marcha, entre as Comissões, a Comissão e os Agrupamentos Escolares do Concelho, pois, como sabem, o Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade Social, estabeleceram um protocolo e, neste momento, nós temos dois professores a trabalhar a meio tempo na Comissão. Isso foi, também, uma grande mais valia para esta, até porque têm servido de charneira entre as escolas e a Comissão e criaram um Projecto de Cooperação entre a Comissão e os Agrupamentos, do qual só irei falar se pedirem, havendo em cada escola o interlocutor, o que faz com que o trabalho fique um pouco facilitado.-----

----- Implementar o projecto pelo “Sonho é que Vamos”, é um projecto que nós pensámos de articulação entre a Comissão e a Divisão de Habitação da Câmara, porque realmente esta Divisão tem técnicos de qualidade em todos os bairros de realojamento, ou de habitação social, embora, não seja só daí que provêm as nossas crianças, não é nada disso que eu quero dizer, nem pouco mais ou menos, mas, efectivamente, há factores que levam a que venham muitas crianças daí também, e tendo técnicos a trabalhar no terreno em permanência, nós pensámos um projecto que estamos a implementar ainda só num bairro e que tem a ver com as famílias que vivem nesses bairros, com o grande objectivo de que aquelas famílias e crianças não cheguem à

Comissão, ou seja, que o trabalho se faça todo a montante da Comissão e que as pessoas que trabalham nesses bairros, que dão apoio na saúde, segurança social, educação e outros grupos, tenham, aí, trabalho interdisciplinar, de forma, a que não cheguem crianças desses bairros, sendo o problema resolvido antes. -----

-----Também é nosso projecto dar continuidade à representação da Comissão em todas as Comissões Sociais de Freguesia, inscrição e participação activa no Conselho Local de Acção Social, no CLAS, manter as actividades de sensibilização das entidades com competência na matéria de infância e juventude e fazer uma formação “out-door” para os membros da equipa restrita, coordenadores dos sub-grupos e dinamizadores da Comissão Alargada. -----

-----Isto também é, um pouco, a menina dos meus olhos, esta formação “out-door”, que posso dizer que foi feita, porque se nas empresas fazem estas coisas e têm sucesso, nós também devemos começar a nortear-nos por estas formações de qualidade que se fazem para os outros e, também, temos direito a criar uma equipa coesa e a não estar, permanentemente, debruçados apenas sobre o trabalho, mas, também, que o tempo de lazer sirva para nos unir e ajudar a superar, depois, os momentos mais difíceis. -----

-----Os objectivos da Comissão Restrita eram: computar técnicos das IPPS’s e das Juntas de Freguesia, concretizar o projecto de aumento das instalações da Comissão de Protecção e aquisição do mobiliário, criar uma página na Internet, proceder à alteração do Regulamento e melhorar a acessibilidade telefónica e presencial da Comunidade à Comissão, implementar a supervisão à equipa restrita, concretizar o apoio jurídico solicitado ao membro da Comissão Alargada com formação na área e elaborar uma grelha de avaliação da prioridade das sinalizações. -----

-----Ainda não vos disse, mas estou a oito dias de deixar de ser Presidente da Comissão. Espero não ser mal entendida pelo que aqui vou dizer. Infelizmente, tal como aconteceu comigo, que fui a única candidata, vai, também, só haver uma candidata, e acho que isto é ainda um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

problema de cidadania que não nos permite democratizar tanto as eleições dos Presidentes quanto nós gostaríamos mas, efectivamente, a futura Presidente será aqui a Doutora Luísa Horta e Costa, que eu muito respeito.-----

----- Mas fico muito satisfeita, porque nós, às vezes, não temos tempo para pensar muito nestas coisas, mas, quando observo os nossos objectivos para dois mil e seis, vejo que a maior parte deles foram concretizados e, até uma coisa que parece difícil, que é fazer obras, aumentar instalações, até isso, nós estamos a conseguir, porque, realmente, tem havido uma conjugação de esforços neste Concelho, que me deixa muito satisfeita.-----

----- Vai haver uma intervenção do Doutor António Santinha, que é da Comissão Alargada e coordena o Grupo da “Articulação Inter-Institucional” e da Doutora Ana Faustino, que coordena o Grupo do “Dar voz às crianças”.-----

----- **O Senhor António Santinha, Representante da CPCJ - Comissão Alargada** disse o seguinte: -----

----- “Eu represento o Grupo da “Articulação Inter-Institucional” da Comissão Alargada de Oeiras e, tal, como todos os outros meus colegas desta Comissão, nós somos profissionais destes ofícios, não pertencemos propriamente à Comissão de Protecção Restrita.-----

----- Eu sou Director da “Casa da Fonte” que é o Centro de Acolhimento de Emergência de Oeiras, portanto, da Segurança Social, tal como a Doutora Ana Faustino é, também, Directora de um Centro de Acolhimento, ou seja, a Comissão Alargada é composta por um conjunto de pessoas, que tentam, tanto quanto possível, dar cumprimento aos objectivos da Comissão Restrita na sua plenitude. -----

----- A Comissão Alargada é, portanto, constituída por todas as entidades com competências nas matérias de infância e juventude, o que faz com que todos sejam responsáveis pela protecção das crianças, neste caso, do Concelho de Oeiras. -----

----- Este primeiro grupo criado através, do que nós chamámos, da “Articulação Inter-

Institucional”, tinha, e tem ainda, como objectivo, tal como o nome indica, articular as diferentes entidades com estas responsabilidades no Concelho. No primeiro ano, final de dois mil e cinco/dois mil e seis, deparámo-nos com algumas dificuldades, que ainda hoje se mantêm, mas que, de alguma maneira, temos vindo a tentar que não sejam responsáveis pelo mau funcionamento desta articulação, ou seja, muitas das dificuldades são de comunicação, falta de informação dos diferentes intervenientes e a fraca sensibilização da comunidade, isto é, quando esta última ocorre, o que acontece é que há uma desresponsabilização dos diferentes intervenientes. Nós tínhamos, até há bem pouco tempo, muitas sinalizações, completamente desfasadas, daquilo que era a intervenção da Comissão de Protecção, mas penso que, neste momento, é um problema que já não subsiste, muito provavelmente, pelo resultado do trabalho que foi feito pelos diferentes membros da Comissão Restrita e Alargada.-----

-----No primeiro ano, e é sobre isso que trazemos hoje alguns dados, desenvolvemos um projecto que chamámos “Articulação Inter-Institucional” e tinha, essencialmente, como objectivos informar, estabelecer circuitos de comunicação, aproximar as entidades da Comunidade e promover a reflexão ao nível da intervenção nas áreas de infância e juventude. ---

-----Foi um trabalho feito com a colaboração das entidades policiais, com a colaboração da Doutora Maria João Leote de Carvalho, que é, também, uma investigadora nestas áreas, com a colaboração da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada, de São Julião da Barra e, ainda, com alguns elementos da Assembleia Municipal, pois estou, pelo menos, a ver ali o Professor Barradas que, muitas das vezes, também, participou connosco nesta reflexão. -----

-----O contributo de todos fez com que fosse produzida a brochura e o folheto que têm nas vossas pastas. No fundo, é o resultado de um trabalho de reflexão feito pelos diferentes intervenientes e que fez, com que os primeiros objectivos, que têm a ver com a informação e articulação entre os diferentes intervenientes, possam, pelo menos, usar as mesmas terminologias. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É importante, tratarmos as crianças pelo nome de crianças, logo, o termo “menores” deve desaparecer do nosso vocabulário, porque, de facto, as crianças são de pleno direito e, não são adultos com direitos mais pequenos, portanto, têm uma convenção que os protege em relação às questões que têm a ver com os direitos. -----

----- Durante o ano de dois mil e seis realizámos, depois de produzir a brochura e o folheto, várias sessões de sensibilização e, também, de informação, junto das escolas e de grupos de pessoas que nos pediam e solicitavam essa informação e, falando um pouco de dois mil e sete, estamos, neste momento, a fazer uma intervenção com um Projecto mais pequeno, a que chamamos “Oeiras dos pequeninos” e que, tal como a Doutora Luísa Costa há pouco referiu, a faixa etária no Concelho, que mais aparece sinalizada como correndo perigo, é a dos mais pequenos. Por isso, nós, também, pensámos que a nossa intervenção junto das estruturas da primeira infância, dos jardins-de-infância, ATL e de outras instituições e associações que trabalhem com a primeira infância, poderia ser importante. -----

----- O Projecto “Oeiras dos pequeninos” tem tido, quase sem grande esforço, uma grande adesão por parte de todas as estruturas de infância e juventude, o que provocou, como costumamos dizer, uma ruptura de stock, e, de facto, tem sido muito engraçado trabalhar com todas estas estruturas, porque aquilo que aparecia na rua como a Comissão de Protecção, aquela estrutura pesada que permite tirar as crianças de casa, tem ficado um pouco para trás e as actividades de prevenção primária têm voltado a aparecer na rua e, penso que, isso é o mais importante. -----

----- Visto que em dois mil e sete, estes objectivos já estão a ser consumados, há que prosseguir com os objectivos traçados pelo Grupo de “Articulação Inter-Institucional” para dois mil e sete, dois mil e oito, sensibilizar para as principais questões referentes à protecção das crianças mais pequenas e trabalhar com os profissionais dos centros infantis, alargando a discussão aos temas discutidos com os profissionais e, também, com os pais das crianças. -----

-----Relativamente, à relação dos técnicos com os pais, a Doutora Ana Faustino ou a Doutora Carla poderão falar um pouco mais. De qualquer maneira, estaremos aqui disponíveis para qualquer esclarecimento.” -----

-----A **Senhora Doutora Ana Faustino, Representante da CPCJ - Comissão Alargada** acrescentou o seguinte:-----

-----“Em termos da apresentação que o Doutor Santinha já referiu, todos nós temos uma intervenção muito importante ao nível da infância e na protecção dos seus direitos e, de facto, muitas vezes, são as crianças as que menos conhecimentos têm sobre os seus direitos e como defendê-los. E, no fundo, este Grupo da CPCJ acabou por surgir para que as crianças, também, tenham um papel muito interventivo na defesa dos seus direitos. -----

-----Numa fase inicial esta ideia, da criação destes grupos, surgiu, porque, de facto, é difícil sensibilizar a comunidade para estas problemáticas e queria, apenas, frisar a situação de como é que surgiram estes grupos, pois acho que é importante dizê-lo.-----

-----Foram convidadas muitas estruturas da infância para uma determinada reunião, organizou-se uma dinamização de grupos com animadores, previamente seleccionados, o que levou a que muitas escolas estivessem presentes nessa primeira reunião e, automaticamente, os professores e os educadores que estiveram nessa Assembleia foram muito para este Grupo do “Dar Voz às Crianças”. O facto de termos professores neste grupo deu uma dinâmica muito interessante, na medida em que eles participaram activamente na concretização de objectivos e estratégias que levassem a que as crianças se envolvessem na defesa dos seus direitos e, em primeiro lugar, em ter conhecimento dos mesmos. -----

-----Aproveitámos os vários professores, que levaram estas ideias para a escola, adaptada aos estabelecimentos de ensino que tinham, também, havendo outras estruturas, como estão aqui representadas, inclusivamente, a Assembleia Municipal, através do Doutor Barradas, sendo que, todas elas, acabaram por ser um elemento muito importante e qualitativo no tipo de iniciativas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que foram realizadas. -----

----- À partida, levou-se este tema para as escolas que tiveram uma metodologia muito interessante, na medida em que implicaram as crianças na divulgação dos direitos dentro das escolas. Foram as crianças que se responsabilizaram por, dentro da sua turma, através de áreas-projectos, divulgar esta iniciativa e, à maneira deles, trabalharem estas questões, nomeadamente, o Dia Mundial da Criança, em que eles fizeram um jogo da glória, onde as questões colocadas eram, muito, ao nível dos direitos, porque as crianças aprendem é através do jogo lúdico e da brincadeira. Este envolvimento foi importante, sendo, que a minha presença aqui, serve para vos dar um bocadinho a conhecer a maneira como eles trabalharam este tema.-----

----- Houve depois uma outra iniciativa que foi a criação de um encontro de um fórum, onde as crianças eram os principais intervenientes e organizadores, tendo, também, os professores ajudado e houve, inclusivamente, o envolvimento do Doutor Santinha e da JASCI (Associação de Jovens Agentes de Saúde de Cidadania) na animação de um conjunto de crianças que durante um fim-de-semana, na pousada de Catalazete, pensaram como é que iam dinamizar o fórum, o que é que ia lá ser apresentado, como é que iam ser sensibilizados os outros alunos dos respectivos estabelecimentos de ensino, para, também, lá irem e darem o seu contributo. Este fórum concretizou-se no Eunice Munõz, eles iam muito contentes, foi um dia de festa, em que organizaram uma exposição e fizeram trabalhos muito criativos, durante todo o ano lectivo, de maneira a, depois, poderem apresentá-los nesta exposição. -----

----- O fórum foi muito importante para eles, na medida, em que houve várias pessoas presentes mas, nós adultos, éramos secundários e as crianças é que dinamizaram, apresentaram e, por acaso, tinham ali alguns convidados que também contribuíram, para a colocação de questões e respostas às mesmas, levantadas pelas crianças, situações, às vezes, muito reivindicativas, inclusive, porque elas interiorizaram muito a defesa dos seus direitos. Esta acção foi uma festa, houve um hino, cada um apresentou peças relativas à maneira como tinham vivenciado este tema

e, é através desta dinâmica que as crianças interiorizam os seus direitos e começam a reivindicá-los, o que é muito importante, pois colocaram questões, muito pertinentes, ao Poder Local. -----

-----Portanto, isto, é o que nós defendemos, que é o dar voz às crianças. -----

-----Já em dois mil e seis/dois mil e sete, houve a adesão de mais parceiros, o lançamento de um concurso e os trabalhos foram-se tornando, cada vez mais criativos, acabando por surgir a ideia de organização de uma exposição itinerante que andou, em várias juntas de freguesia e bibliotecas municipais, sendo um trabalho que não tem fim, e que deve ter sempre uma continuidade, porque as crianças continuam a não ter muita noção dos direitos, de como aplicá-los e, até, como terem voz na defesa dos direitos dos seus colegas, porque, às vezes, estas questões não se colocam só às crianças em escolas longínquas; colocam-se, muitas vezes, no colega do lado e, de facto, vimos que todo este tema foi vivido com muita alegria e com uma capacidade de reflexão muito grande. -----

-----Deixo-vos com esta mensagem do “Rap”: “Eu não posso calar mais, esta cena cá dentro, não aguento mais tempo. Tenho de desabafar, tenho que gritar e não posso calar mais, não posso crer nos jornais, na rádio, televisão, não posso crer nas notícias dadas em primeira-mão, e nas crianças que sofrem, nas crianças que não comem, nas crianças que morrem desprezadas pelo homem. Os direitos das crianças são boas vibrações para nos fazer pensar, educar os corações dos pobres e dos ricos, dos governos, das nações, dos pais, dos professores, para formar opiniões. Hoje somos crianças, amanhã adultos, queremos carinho e protecção.”” ---

-----A **Senhora Maria da Luz Duque, Presidente da CPCJ** referiu o seguinte: -----

-----“Como eu sou uma entusiasta deste grupo, queria, apenas, dar-vos a conhecer algumas coisas que aconteceram ultimamente e que eu acho que são muito importantes, quer para as crianças, quer para o nosso Concelho. -----

-----Não vos vou contar a história, como digo, do que se passou a seguir porque não está, ainda, apresentada à Assembleia, à Comissão Alargada, mas posso-vos, só, dizer que deste grupo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de crianças que está a trabalhar nesta área, já foram oito crianças a Barcelona participar num Congresso Mundial sobre os direitos da infância e vamos, também, continuar a trabalhar com estes meninos e meninas, cá de Oeiras, para, efectivamente, fazermos um pré-congresso que irá ser no próximo ano, na Roménia, sobre os direitos. É só para vos dizer que esta, é uma história, que não vai nunca parar.” -----

----- O **Senhor Alberto Antas de Barros (PSD)** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar, começaria por me apresentar às pessoas que fizeram o favor de trazer aqui este trabalho. Sou membro do PSD, Alberto Antas de Barros, uma pessoa com alguma responsabilidade, no âmbito da Educação, uma vez que tive a meu cargo vários departamentos do Ministério da Educação e, portanto, quando li este relatório, fi-lo com bastante cuidado.--- -----

----- Antes de passar ao relatório gostaria de pedir ao Senhor Presidente da nossa Assembleia o favor de tentar saber, qual a razão pela qual, na última reunião, não foram feitas convocatórias e eu não pude estar presente porque não sabia que havia a reunião, e penso que mais pessoas, aqui presentes, como o colega Barradas, também, não foi avisado da reunião. Já ouvi, várias versões, uma delas é que, eventualmente, ela tinha sido marcada na sequência da outra, mas uma pessoa pode sair a meio, e, se isso acontece por qualquer motivo, logicamente, não fica avisado da data da próxima reunião.-----

----- Eu já tive o cuidado de contactar o secretariado e, não estou a fazer queixas de ninguém, só estou a dizer que há necessidade de operacionalizarmos o sistema e, até já facultei o meu e-mail para, mais rapidamente, poderem contactar-me, porque quando assumi, de corpo inteiro, fazer parte desta Assembleia, foi no sentido de estar presente em todas as reuniões, a não ser que a saúde não mo permitisse.-----

----- Gostaria de dar uma primeira palavra de reconhecimento e louvor pelo trabalho apresentado a esta Assembleia Municipal, pois penso que estão de parabéns. -----

-----Lamento a falta do Senhor Presidente da Câmara e, acima de tudo, da Senhora Vereadora responsável pelo Pelouro. Parece que, efectivamente, o assunto não é assim tão importante como dizem. Está presente o Senhor Vice-Presidente, uma pessoa que eu estimo muito, e de quem sou amigo, e espero que lhe transmita o que aqui se passou, embora, logicamente despedido do sentimento que uma reunião destas tem quando abordamos questões relacionadas com as crianças, porque isso, só a presença in loco é que pode permitir que se tirem determinadas conclusões.-----

-----Confesso que a metodologia seguida em termos de apresentação deste relatório não é, efectivamente, a melhor, uma vez que o trabalho é, relativamente, pouco descritivo, tornando difícil e, às vezes, complicado extrair conclusões com base em estatísticas e representações gráficas. --- -----

-----Esta forma de apresentação desafia um pouco a nossa paciência, uma vez que não se consegue, através de uma leitura descritiva, corrente, cativar o leitor e, acima de tudo, motivá-lo para uma apreciação crítica e construtiva, como seria o meu desejo. -----

-----Não quero, com isto, dizer que o relatório está mal elaborado, ou que tem lacunas técnico-estatísticas pouco conseguidas, não é isso o que está em causa, mas sim, pelo que pude ler, parece-me que é um relatório que dignifica quem o assina e apresenta. -----

-----Quem, como eu, tem um passado ligado à Educação percebe pela leitura deste trabalho que, em matéria de prevenção sócio-educativa, foram dados passos muito significativos e, simultaneamente, muito positivos, em favor das crianças do nosso País e, mais especificamente, das crianças do nosso Concelho de Oeiras. -----

-----Gostaria, também, de colocar aqui um problema, que há bocadinho não percebi muito bem. -----

-----A Senhora Doutora Maria da Luz Duque disse que iria ser substituída por uma colega, Horta e Costa, se não estou em erro, mas que havia, aí, os défices de cidadania, por isso,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gostaria de lhe pedir que, no fim, especificasse um bocadinho melhor isso. -----

----- Cumprimento respeitosamente a Presidente da CPCJ de Oeiras, a Doutora Maria da Luz Duque e, cumprimento com admiração e respeito, todos aqueles que, directa ou indirectamente, estiveram envolvidos nesta dinâmica da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras. -----

----- Gostava de, por uma questão de solidariedade institucional, agradecer aos colegas desta Assembleia Municipal que, por designação dos seus pares, contribuíram para o bom funcionamento desta Comissão. -----

----- Fazendo uma análise crítica, especificamente direccionada, para o conteúdo do relatório, a primeira observação que eu gostaria de fazer tem a ver com o número de crianças abrangidas por este estudo, ou seja, trezentas e cinquenta e três crianças num universo de cerca de duzentas mil pessoas, que residiam em dois mil e sete, mais ou menos, no Concelho de Oeiras, atendendo a que éramos cento e sessenta e um mil, em dois mil e um, portanto, pareceu-me que, de facto, o número é, relativamente, pequeno. -----

----- Sei que, em trinta e um de Março de dois mil e oito, deveríamos estar aqui a analisar o relatório de dois mil e sete, e não, o de dois mil e seis. Sei que não é fácil e, por alguma razão, estamos, efectivamente, a viver este atraso. Possivelmente o vosso relatório, que já está elaborado, e a Senhora Doutora fez o favor de o dizer, anda, por aí, a correr a via-sacra dos gabinetes, a recolher os concordos, os vistos e os autorizados. É pena estarmos a analisar um relatório com um ano de atraso. Nos países ditos civilizados estes relatórios são apresentados dentro do primeiro semestre de cada ano. -----

----- Extrapolando o número de crianças acompanhadas com o número de habitantes do Concelho, temos cerca de zero vírgula dezoito por cento, das crianças pertencentes a esta comunidade de duzentas mil pessoas que mereceram a atenção e estudo, por parte das autoridades respectivas. -----

-----Confesso que este número de zero vírgula dezoito por cento, ficou muito aquém das minhas expectativas, tanto mais, que há muitas zonas do nosso Concelho que podem, ainda, ser consideradas como zonas problemáticas no âmbito da política de realojamento definido pela Autarquia de Oeiras.-----

-----Outro ponto que me inquietou, embora não constitua surpresa para mim, foi quando constatei no ponto sete um três do relatório, apresentado pela CPCJ de Oeiras, que ainda não possuímos uma base de dados que permita a gestão de processos.-----

-----Todos nós temos ainda bem presente, a morte de uma criança algures no Norte do Minho, só porque o sistema informático da Segurança Social não conseguiu fazer o respectivo acompanhamento migratório de um agregado familiar problemático, que se deslocou de Viseu para essa região Minhota, tendo vindo a culminar com a morte da criança e, conseqüente, condenação da sua própria mãe.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados, se há coisas que modernamente a nossa sociedade considera importantes e decisivas para que a nossa sobrevivência como Estado-Nação seja uma realidade, é, sem dúvida nenhuma, a Educação.-----

-----Ainda há pouco tempo, uma voz, que é referencial para a maioria da população deste País, teve a coragem de afirmar aos meios de Comunicação Social que na sua perspectiva, e em termos de futuro, eram mais importantes, as crianças ou os alunos, do que eram os políticos. Referia-se essa pessoa, ao facto do futuro pertencer às crianças, uma vez que são elas os adultos de então.-----

-----Assim, é de todo impensável que haja num País civilizado e desenvolvido, como é Portugal, um défice na atribuição à Educação dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento, efectivamente, hoje esta questão está muito mais que consolidada.-----

-----Um dos investimentos mais rentáveis que um País pode realizar é no reforço e na criação da qualidade, na área da Educação, tendo em vista a preparação de técnicos, cientistas e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

letrados capazes de, por si só, criarem riqueza no horizonte a médio prazo.-----

----- Pergunta-se que outras actividades comerciais ou industriais, ou que outra actividade comercial ou industrial é capaz, em tão pouco tempo, de tornar tão reprodutivo o investimento realizado. - -----

----- Estamos aqui a falar do sistema formal de ensino, embora logicamente, o grande problema que nos afecta, em termos das nossas crianças, é fora do sistema formal de ensino. Como a Senhora Doutora, há bocadinho, teve o cuidado de dizer, é o acompanhamento de crianças que não estão devidamente enquadradas por nenhum estabelecimento de ensino, cujo professor alerte os técnicos para deficiências, problemas familiares, destabilizações de ordem sentimental, sendo que, quando lá chegamos, efectivamente, já é tarde, contudo, e entre nós, por vezes, ainda se encontram alguns “velhos do Restelo” que em matéria educativa, julgam que o que já temos é suficiente. -----

----- Atendendo ao desemprego que grassa entre os diplomados, com cursos superiores, esquecem-se, contudo, que é muito mais fácil um licenciado arranjar um primeiro emprego, mesmo fora da sua área de formação, do que é para um indiferenciado, sem qualquer formação, arranjar qualquer ocupação que lhe permita sobreviver. Torna-se, por isso, determinante que o País invista numa percentagem elevada do seu PIB, na Educação, Formação e no controlo da sua Juventude, para que, assim, não percamos, irreversivelmente, a luta por um futuro melhor.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.**, respondeu o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar, devo informar o Senhor Alberto Antas de Barros (PSD), em relação à última reunião da Assembleia Municipal, que foram enviadas as convocatórias pelo correio e, provavelmente, ter-se-á extraviado e informo que, em simultâneo, houve, também, greve dos correios. -----

----- Devo, também, informá-lo de que este relatório de dois mil e seis deu entrada, na Assembleia Municipal, em vinte e seis de Abril de dois mil e sete e, por despacho meu, foi

distribuído aos Grupos Políticos, em vinte e sete de Abril de dois mil e sete, portanto, os Grupos Políticos têm este relatório na sua mão, desde vinte e sete de Abril de dois mil e sete, e foi por solicitação da Senhora Luísa Lisboa (PS) que este relatório subiu ao plenário da Assembleia Municipal, não sendo discutido o ano passado porque não houve oportunidade e, por isso, se transferiu para este ano, portanto, eu queria era salvaguardar a posição da Comissão que, realmente, mandou o relatório, atempadamente, dentro daquilo que é normal.” -----

-----O **Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS)**, mencionou o seguinte: -----

-----“Vou ser muito breve e fazer, apenas, duas ou três considerações, que me parecem importantes, porque, depois, os meus camaradas de bancada, em nome do Partido Socialista, irão fazer referências à questão do relatório. -----

-----O Senhor Presidente disse, agora mesmo, que este relatório foi entregue em vinte e sete de Abril de dois mil e sete, e que, portanto, está tudo dentro do normal. O que não está dentro do normal é que já podíamos, neste momento e, até, em conjunto, estar a discutir o relatório de dois mil e sete, porque, como está previsto na lei, este tem de ser entregue até dia trinta e um de Janeiro de cada ano. Ainda por cima, quando marcamos uma Assembleia Municipal, em nome do Partido Socialista, que solicitou, ao Senhor Presidente e à Mesa, a marcação de uma reunião para discutir este assunto, teria sido bastante positivo para todos, termos, aqui, o relatório de dois mil e sete ou, caso não o tivéssemos, pelo menos, termos em voz, visto que já está para aprovação, pois, pelo que percebi, ainda não o foi. Nessa perspectiva, seria importante termos aqui alguns elementos, inclusive, do ponto de vista da evolução de alguns dados aqui trazidos, relativamente, aos elementos de dois mil e seis. -----

-----Em segundo lugar, em nome do Partido Socialista e, relativamente, ao trabalho que esta Comissão de Protecção de Crianças e Jovens fez, faz e irá fazer, vemos com muito bons olhos, sendo evidente que pode ser melhorado, espero que o seja, e que tenha o contributo de todos, sejam eles políticos, das instituições que estão a apoiar, ou da Câmara Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Aquilo que eu gostaria de dizer à Senhora Presidente e porque, sinceramente, não consegui perceber, após a sua intervenção aqui, e, relativamente, aos cinco problemas que identificou da sua Comissão, depois de os apresentar disse que estavam resolvidos, ou seja, que já não havia nenhum problema, relativamente ao funcionamento e ao material que precisam para desempenhar bem o vosso trabalho, pelo menos, foi essa a sensação com que fiquei. -----

----- Desejaria saber se, de facto, a Senhora Presidente, confirma ou não o que eu percebi, pois se confirmar, nós retiramos a proposta de recomendação à Câmara Municipal, porque o Partido Socialista teve o trabalho de a fazer com base no vosso relatório, a identificar e a suprir algumas das dificuldades, e agora, se a Senhora Presidente diz a esta Assembleia, e fica registado em acta, que a Comissão, neste momento, tem todas as condições, excepto uma que não foi alcançada, que é a de ter mais técnicos a tempo inteiro e a tempo parcial, teremos que retirar a mesma. ---- -----

----- Portanto, a Senhora Presidente, nesta questão, tem de ser clara e objectiva, porque eu tenho algumas informações da Comissão e sei que os problemas não são todos da vossa responsabilidade, alguns são da parte do Governo Central, outros da parte da Câmara Municipal, etc.. É preciso perceber se a Senhora Presidente, relativamente, a esta matéria, confirma aquilo que disse e, aí, nós retiramos a proposta de recomendação que fizemos e fica o assunto totalmente esclarecido. -----

----- Eu ouvi a Senhora Presidente dizer, aqui, que está tudo bem, mas o que é facto, e pelos seus colegas que fizeram a apresentação do trabalho, o qual agradeço e deram alguns elementos, relativamente aos elementos de dois mil e sete, é que houve evoluções e não são positivas, são negativas, quanto ao caso, ao número de processos abertos, por conseguinte, não está tudo bem, infelizmente, não está tudo bem, todos nós gostaríamos que estivesse, mas o que é facto, é que não está.-----

----- O que eu desejaria é que a Senhora Presidente, numa intervenção, dissesse o que é

que precisa para funcionar bem, melhor, para alcançar melhores resultados porque esses são para todos nós, isto não tem cores partidárias, é para o futuro, como dizia e muito bem, o Senhor Alberto Barros, do Partido Social Democrata, relativamente a essa matéria, os jovens são o futuro e, até diria mais, que os jovens são o garante da nossa velhice e, portanto, é bom que haja jovens e que trabalhem muito em prol da comunidade, não havendo sobre essa questão, dúvidas, absolutamente nenhuma, mas a Senhora Presidente tem que me dizer aqui isto. -----

-----Não está tudo bem, está tudo mal e temos que assumir estas coisas assim.-----

-----Outra questão que lhe gostaria de dizer, independentemente, dos relatórios, é que eu tive oportunidade de ler o relatório e aqueles elementos que a Senhora Presidente aqui traz, basicamente, estão todos no relatório, ou seja, não há uma interpretação do que é que aqueles elementos querem dizer. O número de processo, o que é que aquilo significa, o aumento, os sítios, as localidades, consoante as freguesias, porque é que é mais em Carnaxide e Porto Salvo.-

-----Há aqui uma série de fenómenos e não venha o Senhor Alberto Barros (PSD), dizer-me e falar-me, aqui, só na questão da Educação. A Educação é uma questão central, ainda bem, e é uma questão fundamental para ser evoluída e, neste momento, a evolução tem de ser do ponto de vista do Governo, mas também, das Câmaras Municipais que, hoje em dia, as responsabilidades já são partilhadas. Mas, mais do que isso, há outra questão que, também, parece fundamental, não é só essa. Há políticas que têm a ver com a Câmara Municipal, a questão das políticas dos bairros sociais, etc., há, aqui, uma série delas, os apoios às entidades que dão o apoio a estes bairros, a distribuição de dinheiro para actividades nessas associações que apoiam os mesmos, e poderia continuar por aqui fora e, portanto, nós temos de ser muito claros nesta matéria, pois não estamos aqui para fazer acusações nenhuma, mas numa perspectiva construtiva de garantir à Comissão no futuro, ou de tentar garantir-lhe as melhores condições para funcionar, ficando, também, assente que fico muito contente e satisfeito em ver algumas das situações que estão identificadas no relatório resolvidas pelo actual Executivo da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal, após, e vou voltar a repetir, após, o Partido Socialista ter feito bandeira em trazer aqui este relatório para ser discutido nesta Assembleia Municipal, que foi final do ano passado, e que eu sei que as obras começaram, salvo erro, em Janeiro deste ano. -----

----- Logo, é bom que haja iniciativa política, no sentido, não de acusar, não de politiquice, do fez ou não fez, a questão não é essa, a questão que estamos a trabalhar é para salvaguardar os direitos e os deveres das crianças porque queremos o melhor e o melhor futuro para as crianças é isso, estamos aqui todos a trabalhar e, por isso, gostaria que a Senhora Presidente fosse clara nesta questão porque, se não, de facto, o trabalho que o Partido Socialista fez é retirado visto que Vossa Excelência teve aqui a amabilidade de dizer que os problemas da Comissão estão todos resolvidos, isso está em acta e ficará, depois, para discutirmos em futuros relatórios, relativamente, aos resultados que alcançarem.” -----

----- **O Senhor Alberto Antas de Barros (PSD)** retorquiu dizendo o seguinte: -----

----- “É só dizer ao Senhor Marcos Sá (PS) que eu tive o cuidado de diferenciar entre sistema formal e não formal. Efectivamente, se o sistema formal são assacadas responsabilidades ao Governo, o não formal, logicamente, o Governo não tem nada a ver com isso.” -----

----- **O Senhor Luís Larcher (IOMAF)** fez a seguinte declaração: -----

----- “Gostaria de desenvolver a minha intervenção em dois pontos: -----

----- O primeiro ponto de preâmbulo, de uma vez para sempre, o nosso Grupo Parlamentar não pode deixar de intervir e achar que é manifesto o abuso de informação sobre o facto de que a presença do Senhor Vice-Presidente, nesta Assembleia, significa menorização em relação a ele próprio, ou falta de atenção do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Em segundo lugar a nível de preâmbulo, também, elogiar a intervenção, digamos, a exposição, o incentivo da Senhora Luísa Lisboa (PS), pelo facto de ter dado valor, dignidade e projecção, seja à Comissão, seja ao relatório e estar, e muito bem, esta Assembleia a tomar conhecimento daquilo que a Comissão julga por bem dizer e informar, para que nós,

representantes políticos, possamos, também, dar uma achega ao nível de necessidades. -----

-----Em relação a este relatório, causa-me sempre uma certa apreensão, porque quando sei e constato que as pessoas dão o seu melhor, qualquer apreciação crítica, pode ser qualquer coisa que venha colocar em causa a bondade do trabalho, ou desincentivá-lo e não é essa a minha vontade. --- -----

-----Qualquer um de vós nessa Comissão merece o meu respeito e apoio, no entanto, peço desculpa, mas a minha perspectiva, também, passa pela morte recente daquele jovem, Daniel, e que, como bem sabeis, de acordo com a comunicação social, terá havido algum laxismo da parte da Comissão e por isso, dei-me ao trabalho de falar com várias pessoas dessa área e, Senhora Doutora, peço desculpa, mas a opinião que eu retive e que tenho da Comissão é bastante má. ----

-----Não vou partir do pressuposto de que são as pessoas que estão a agir mal, mas aquilo que me dizem, é simplesmente isto: quando se telefona para a Comissão sobre algum processo, não sabem qual é o mesmo, quando se pede informações, não as têm, mais ainda, quantas vezes se telefona para a Comissão e, pura e simplesmente, nem sequer atendem. -----

-----Quantas vezes, porque, existe um limiar de ilegalidade nas Comissões que podem ultrapassar por deficiência de formação ou informação jurídica, o Ministério Público, seja de Cascais ou de Oeiras, se disponibilizou para a Comissão, e que eu saiba, e sei porque falei com Magistrados, pura e simplesmente, a Comissão ignorou e nunca perguntou.-----

-----Não me parece que seja possível, esta Comissão continuar a trabalhar em base de voluntariado.-----

-----Aqui, passo à segunda fase da minha intervenção. -----

-----A comissão tem de ter todos os meios à sua disposição, não posso dizer a bondade, ou maldade da demissão da Senhora Presidente, mas, em relação à putativa Presidente, eu tenho que lhe dizer que tem de ter todo o tempo, não só, para coordenar equipa mas, também, para a incentivar e responsabilizar, porque, se não, o risco é que as crianças continuarão a não ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervencionadas, e quantas vezes essa intervenção não será acompanhada, quantas vezes o risco, é que nesta sociedade, que nós sabemos aonde existem diversos limiares, seja de irresponsabilização, ou de falta de tempo dos pais, seja, até, de incapacidade financeira e material dos pais, as crianças estão, cada vez, mais abandonadas. -----

----- Por isso, o meu voto não pode deixar de ser de reconhecimento, em relação ao vosso trabalho, mas, tenho pena que, por falta de tempo e meios, algumas crianças possam sofrer já em vida e, nesta sua idade, um inferno na terra que, não só, não merecem, como até, este Concelho, sendo rico, não pode permitir que existam grandes margens de riqueza e, depois, existam crianças que se limitam a sobreviver com falta de atenção, carinho e amor.” -----

----- O **Senhor Arlindo Barradas (IOMAF)** disse o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar devo felicitar a equipa que, de forma circunstanciada, elaborou este relatório, cujo conteúdo, manifesta claramente a evidência de um trabalho distinto. -----

----- Esta Comissão, à qual tenho a honra de pertencer - na qualidade de membro, por indicação desta Assembleia Municipal - eleita pela segunda vez, sob a Presidência da Senhora Maria da Luz Duque, trabalha, com empenho, para cumprir todos os objectivos específicos com vista ao desenvolvimento integral das crianças e jovens carenciados no Concelho de Oeiras. -----

----- Com inteira justiça digo, que a sua Presidente tem exercido uma presidência notável e é dotada de uma invejável formação humanista e moral. Tem feito mais do que permite a força humana para conseguir o possível e o impossível, para que esta Comissão funcione, sempre dentro dos limites dos recursos de que dispõe. -----

----- Em suma, a qualificação e formação desta CPCJ, exala na sociedade deste Concelho, um perfume específico e inconfundível, sendo de uso à inspiração das suas congéneres e à opinião pública em geral. -----

----- Uma obra perfeita requer rigor, esforço e trabalho. Quem assistiu ao último Encontro de Crianças e Jovens a nível nacional, no passado dia vinte e oito de Setembro, no Parque dos

Poetas, confirmará o que estou a afirmar. -----

-----No que tange à iniciativa desta CPCJ, Oeiras, esteve muito bem representado no Encontro Internacional de Crianças e Jovens, em Barcelona, no ano passado. Constatou-se que existe auto-disciplina, rigor, seriedade, assiduidade, pontualidade, espírito de equipa e amizade, valores estes, resultantes de uma prática diária reiterada. Só sob a direcção de uma Presidente intrinsecamente vocacionada para lidar com crianças, ainda que, das que se encontram em estado mais penoso e difícil se pode estar preparado para persuadir os jovens para o caminho das boas práticas.-----

-----É uma pessoa notável pelas suas qualidades de inteligência, trabalho, sensatez, apuro e competência, por tudo o que tem revelado ao longo destes mandatos. Tenho pena de não concordar em certos pontos com o Professor Doutor Antas de Barros (PSD), por quem tenho grande apreço e admiração, uma vez que foi o melhor Professor que tive durante o meu Curso. Mas como dizia o filósofo: “o aluno não pode seguir cegamente o seu professor”, e neste caso, estamos em desacordo. -----

-----À Senhora Maria da Luz Duque, desejo-lhe muitas felicidades e temo que a sua substituta não esteja à sua altura.”-----

-----O **Senhor Horácio Silva (J.F. Cruz Quebrada/Dafundo)** referiu o seguinte: -----

-----“Começo por louvar o trabalho que aqui foi apresentado, principalmente por esta ser uma área particularmente sensível, que carece de muito trabalho e muita dedicação. Gostaria, porém, de fazer algumas perguntas:-----

----- Houve uma convenção na qual foram acordados determinados princípios de lei, em relação à criança: em consequência gostaria de saber quando isto foi elaborado, se já foi, ou não, ratificado e ainda como serão trabalhados todos estes pontos que foram aqui apresentados?-----

-----Ouvi a Senhora Maria da Luz Duque dizer que, nas diversas áreas de intervenção, tentam que a criança seja mantida com a família. Concordo e discordo com esta situação, porque



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se, por um lado, a família é importante, por outro lado, muitas vezes a própria família é desestruturada em relação à criança. -----

----- Penso que deveria haver mais equilíbrio na análise das situações e na forma como se actua, uma vez que, muitos dos exemplos, não são nada bons. -----

----- Queria ainda saber qual o tipo de intervenção que está a ser feita junto dos pais das crianças, uma vez que este é um factor que considero bastante importante. Já percebi que tem havido intervenção junto das escolas, mas penso que essa operação pode ser mais vasta. -----

----- Penso que seria boa ideia, uma intervenção pedagógica em relação aos pais e outros adultos, uma vez que estamos a falar de direitos das crianças e estamo-nos a esquecer dos deveres dos adultos. Seria boa ideia fazer uma convenção dos deveres dos adultos em relação às crianças, até para uma tomada de consciência de que, um direito dá sempre origem a um dever e, muitas vezes, este equilíbrio de raciocínio não existe. -----

----- De acordo com o que já aqui foi dito, penso que deveria existir profissionalização nesta área, pelos pontos e diagnósticos apresentados, tais como falta de tempo e de pessoal para elaboração e desenvolvimento dos processos. -----

----- Nas escolas, gostaria, ainda, de saber com que frequência ocorrem as vossas acções, se elas existem dirigidas aos professores e aos pais, e como pensam agir nesta situação?-----

----- Para finalizar, ouvi com alguma atenção, a intervenção do Senhor Marcos Sá (PS) e achei engraçada. Parece que o Partido Socialista não faz parte do Governo, que não é ele que elabora as leis gerais do País que vão regular todas as outras situações e parece que não tem qualquer responsabilidade na política educacional, de formação e de estruturação, inclusivamente, nas escolas. -----

----- O problema é que hoje, as escolas que existem, desde o Ensino Básico, são mais, as mal estruturadas, do que as bem estruturadas. E penso que o Partido Socialista tem alguma responsabilidade nisto. Dou até razão nalguns pontos referidos pelo Senhor Marcos Sá (PS).

Penso apenas que houve algum desajuste, tendo em conta as responsabilidades que têm.”-----

-----A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Agradeço a apresentação feita pelos membros desta Comissão, uma vez que nos parece que a análise do trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens merece toda a atenção a nível desta Assembleia. Trata-se de uma intervenção importante para o Concelho, com responsabilidades sociais acrescidas, em que convém investir e que carece da atenção de muitas entidades parceiras desta comunidade. Temos que apostar nas crianças, e isso é um facto indiscutível. -----

-----Parece-me que as mais valias desta Comissão assentam essencialmente em quatro pontos: o primeiro é o diagnóstico de casos e situações de crianças em risco; o segundo é a construção de redes de parcerias que facilitem o diagnóstico e contribuam para o dito processo de sinalização; o terceiro é o investimento na prevenção, nomeadamente através de acções de formação e sensibilização nas escolas para crianças e pais, com especial incidência nos bairros mais problemáticos ou desfavorecidos, como é o caso da Habitação Social e das populações em risco e por último, a actuação da equipa de técnicos junto da população alvo, para sinalizar as crianças em risco e fazer a articulação entre a Escola, a Família, a Comunidade, a Segurança Social e outras instâncias superiores ou jurídicas, quando é caso disso.-----

-----Algumas situações podem ser melhoradas, alguns dos projectos e programas aqui apresentados deverão ser levados a cabo e consolidados, nomeadamente no caso da formação.---

-----É referida, no Relatório, a colaboração com os Centros de Formação de Professores e com as Associações de Escolas do Concelho. Tive a oportunidade e o prazer de participar nalgumas reuniões desta Comissão Alargada, na qualidade de representante de um dos Centros de Formação de Professores do Concelho.-----

----- Nessas reuniões, foram delineadas algumas estratégias a nível de projectos de formação, que me parecem importantes, se fossem concretizados. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Para terminar, e relativamente ao trabalho essencial que é desenvolvido com as escolas, gostaria de saber o motivo pelo qual estão apenas envolvidas as escolas de metade do Concelho, abrangendo somente as Freguesias de Carnaxide, Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo e Queijas e o que se passa em relação às outras escolas que ainda não estão incluídas.” -----

----- A **Senhora Eugénia Godinho (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Permitam-me que inicie esta intervenção, na minha estreia como Membro desta Assembleia Municipal, com uma saudação a todos os presentes e a intenção de contribuir, de forma singela, para a dignificação do Poder Local.-----

----- Estamos aqui reunidos para apreciar o relatório da Comissão Municipal de Protecção de Crianças e Jovens em risco de Oeiras, relativo ao ano de dois mil e seis. Nesta reunião assistimos à intervenção dos Membros da Assembleia Municipal que, de alguma forma, acompanharam o funcionamento da Comissão. -----

----- Não posso pois, nem devo centrar a minha intervenção em aspectos específicos da CPCJ do Concelho de Oeiras. Mas posso, e devo, dar a minha opinião sobre as políticas de protecção, numa dimensão nacional e no contexto da sua evolução recente. -----

----- Portugal dispõe de uma Lei de Protecção consistente, actualista e que nos convoca, a todos, para a batalha cívica de anular, ou pelo menos, minimizar, os riscos a que muitas crianças e jovens estão expostos. -----

----- Nos últimos três anos, assistimos a um reforço dos meios disponibilizados pelo Governo. Inicialmente, através da contratação e formação de um número significativo de técnicos (cento e trinta e nove ao todo), o que permitiu aliviar a carga processual que ameaçava paralisar as Comissões de Protecção com um maior número de casos, em muitos Municípios de catorze distritos do Continente. -----

----- Depois, através da colocação de professores com horário zero, a meio tempo nas

CPCJ. Ao todo, trezentos e quarenta e seis professores tutores, que se encontram colocados em todas as Comissões de Protecção. -----

-----Também por via do protocolo existente entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos do qual a Administração Central atribui verbas significativas – cerca de cinco vírgula oito milhões de euros em dois mil e oito – para apoiar os Municípios na instalação e apoio logístico ao funcionamento das CPCJ.-----

-----Finalmente, pela informatização dos processos das crianças com intervenção das CPCJ, processo com importância capital para um eficaz acompanhamento interterritorial destas crianças e jovens. -----

-----As responsabilidades atribuídas aos municípios na Lei de Protecção, exigem das Autarquias, um sério envolvimento, que não se compadece com o estarmos hoje, dia trinta e um de Março de dois mil e oito, a apreciar o Relatório relativo a dois mil e seis, o qual foi remetido ao Município de Oeiras, em Abril de dois mil e sete, portanto, há quase um ano. -----

-----As crianças e jovens em risco do Concelho de Oeiras são, tal como os nossos filhos, o futuro da nossa sociedade. Um futuro que se quer promissor, numa sociedade de cidadãos integrados e interventivos. Razão para que a Assembleia Municipal de Oeiras, lhe dedique em devido tempo, a atenção que merece.”-----

-----O **Senhor Arnaldo Pereira (CDU)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Em nome da bancada da Coligação Democrática Unitária, gostaria de manifestar o apreço pelo trabalho desenvolvido pela Comissão e congratular-me por este tema estar a ser debatido na Assembleia Municipal. Isso não é uma prática comum, mas consideramos bastante importante que um assunto desta relevância seja aqui debatido. -----

-----Esta é uma matéria absolutamente crucial e um flagelo social do nosso tempo. Verificamos que esta Comissão é constituída por cerca de cinquenta elementos e dezenas de instituições que estão nela representadas e os desafios que enfrentam, com a exigência de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

articular e coordenar tantas instituições, levam-nos a subscrever algumas sugestões e propostas que aqui foram apresentadas, no sentido de dotar a Comissão de condições para poder responder melhor a este desafio.-----

----- Haverá um longo caminho a percorrer, no sentido da informatização dos serviços, de uma informação mais eficiente e da criação de uma estrutura mais profissional que dê apoio ao trabalho da Comissão. -----

----- Uma vez que o Relatório de dois mil e sete já se encontra concluído, gostava de sugerir que também ele possa ser discutido por esta Assembleia numa Sessão a combinar e deixava, relativamente a esse assunto, quatro ou cinco sugestões: -----

----- Algumas delas de natureza formal, na perspectiva de facilitar o entendimento e a legibilidade desse Relatório. A existência de um índice, de uma estruturação mais lógica, incluindo os dados, a legislação e tendo os quadros como anexos e paginação do trabalho, aspecto que parece ser secundário, mas que facilita imenso a leitura. -----

----- De um ponto de vista mais substantivo, deixaria aqui uma sugestão, que consiste na apresentação dos dados incluindo uma reflexão sobre os mesmos, nomeadamente sobre a evolução, a distribuição no Concelho, com um trabalho mínimo de interpretação e tratamento desses dados, uma vez que assim, poderíamos caracterizar melhor a situação ao nível do mesmo. -----

----- Estes relatórios também valem muito pelas recomendações e propostas que apresentam. É certo que este apresenta objectivos para as actividades da Comissão num futuro próximo. Estes objectivos são muito genéricos e todos ganharíamos, se fossem mais concretizados, em relação ao modo “como pode ser feito”. Porque todos sabemos “o que deve ser feito”, mas “como pode ser feito” é uma questão mais complicada. -----

----- As recomendações deveriam ter uma natureza mais concreta, no que diz respeito a medidas que possam ser tomadas para facilitar, não apenas o trabalho da Comissão, mas a situação que vivemos, no Concelho, em relação às crianças e jovens. -----

-----De acordo com a apresentação feita pela Senhora Luísa Horta e Costa, não se percebe muito bem se a evolução negativa decorre da própria realidade, ou se decorre de um apuramento mais rigoroso dos dados que foram obtidos. Foi feita uma sugestão no sentido de uma possível parceria com uma instituição académica, para que esses dados fossem estudados. -

-----As várias instituições universitárias e académicas, sobretudo as mais vocacionadas para a Sociologia ou Acção Social, penso que poderão dar, neste caso, um bom contributo. É por isso que acho que a Comissão só terá a lucrar com este caminho das parcerias com instituições universitárias. Mas, aqui, surgiu-me uma dúvida, que consiste em saber até que ponto os dados recolhidos serão fiáveis. Verifiquei que as fontes de informação são as escolas, a segurança social, as denúncias, mas fica sempre a dúvida sobre se estes dados retratam a situação objectiva que existe, ou estarão muito aquém da realidade? -----

-----Esta evolução negativa deve-se aos problemas sociais que existem, nomeadamente o desemprego, ou decorre, sobretudo, de um maior apuramento e rigor dos dados recolhidos pela Comissão? -----

-----Em relação à eficácia do trabalho que a Comissão desenvolve, verificamos que existe um conjunto de processos que transitam de um ano para outro, ao qual se somam novos. O acompanhamento que é prestado às crianças e jovens, aos agregados familiares e aos processos, tem produzido resultados positivos? A Comissão pode informar-nos que o seu trabalho se traduz numa alteração de comportamentos? Esse acompanhamento permite que alguns casos sejam resolvidos ou estejam em vias de resolução? Como é vista a eficácia do vosso trabalho, em termos concretos da consequência desse acompanhamento das situações “no terreno”? -----

-----Fui durante doze anos Vereador desta Câmara Municipal, onde procurei desenvolver um trabalho de parceria com o movimento associativo, (aliás, o Senhor Antas de Barros (PSD) aqui presente, tem uma grande experiência desse movimento associativo) e todos os dirigentes associativos reconheciam a importância do trabalho das Associações, e reparei que este aspecto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não é focado no Relatório. -----

----- Neste âmbito existem diversos programas, nomeadamente férias escolares, ocupação de tempos livres, e sempre tive a noção de que havia um deficit desses programas ao nível do Concelho de Oeiras. Gostaria de saber como é que vêem a possibilidade de um reforço destes programas, de cooperação com o movimento associativo e se consideram que isso pode ser um contributo útil para a resolução de problemas a este nível. -----

----- Considero importante sublinhar que este é um problema do Concelho de Oeiras e das grandes áreas metropolitanas. Do ponto de vista sociológico, embora o Relatório seja um pouco omissos em relação a essa questão, partimos do princípio que são problemas com mais acuidade nos bairros municipais, em determinados estratos, mais carenciados, da população. Mas penso que estes problemas são transversais, que se põem de modo transversal a toda a sociedade, embora essa análise não esteja aqui muito presente. -----

----- Uma vez que este é um problema que abrange várias áreas metropolitanas e que não é apenas Local, esta é uma situação que exige alguma articulação com outros concelhos e até com instituições de carácter nacional. -----

----- Aqui, as responsabilidades governamentais são evidentes, a magnitude do problema e dos desafios a enfrentar, implicam esta estreita parceria das Autarquias com o Governo, nomeadamente com os Departamentos Governamentais mais vocacionados para intervir nesta área. Independentemente das estratégias, considerando que há algumas que recomendam o acompanhamento familiar e outras em que a criança tem que ser retirada do agregado familiar. --

----- Estão aqui expostos alguns dados estatísticos que poderão não corresponder exactamente à realidade, como por exemplo, estão identificados apenas casos de abuso sexual em raparigas e não em rapazes, situação que, certamente, não corresponde fielmente à realidade.

----- Independentemente da exigência de melhorar o funcionamento da Comissão, a vários níveis, a situação exige respostas a outros níveis, quer da parte da Câmara Municipal, quer da

parte do Governo, e a minha dúvida está em saber se essa resposta estará à altura da magnitude das dificuldades e dos problemas que enfrentamos. -----

-----Temos identificadas cerca de setecentas crianças que exigem acompanhamento, e mesmo tendo em conta que, na maioria dos casos, as situações incluem o agregado familiar, há determinados casos em que isso não acontece e o que eu gostaria de saber é onde estão as estruturas para acolhimento a essas crianças? Qual é a capacidade do Concelho para acolhimento de crianças em risco? É aí que residem as verdadeiras dificuldades. -----

-----Tenho uma filha, que é magistrada, que ficou aterrada quando se deparou com a dimensão deste problema, isto é, com a falta e a incapacidade de resposta a cinquenta por cento do mesmo. Este é o grande desafio que se nos coloca. -----

----- São necessários mais meios informáticos e técnicos, mas a dificuldade fundamental é esta. Neste relatório, não se observa alguma recomendação a este nível, mas penso que, também aí, teremos que caminhar para um investimento muito mais significativo, em termos de criação de estruturas que possam dar resposta a esta grande dificuldade. -----

-----Para terminar, existe ainda outra circunstância, que penso já estar ultrapassada. As crianças objecto de violência familiar, que têm que ser retiradas do seu agregado, serem colocadas em instalações perfeitamente desadequadas, por vezes junto a outras crianças com problemas completamente diferentes, para tratar da sua situação. -----

-----O debate deste Relatório e do próximo, poderá ser um bom contributo para que aqui, nesta Assembleia, possamos fazer as propostas e as recomendações, no sentido de reforçar e melhorar o trabalho da Comissão e as condições de acompanhamento e acolhimento das crianças e jovens em risco no nosso Concelho.” -----

-----A **Senhora Alda Lima (Presidente J.F. Algés)** acrescentou: -----

-----“Na qualidade de Presidente de Junta, não poderia deixar de enaltecer todo o esforço da Comissão e o trabalho que aqui foi apresentado, considerando extremamente importante a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

matéria que hoje estamos a debater. Gostaria de deixar registado o meu grande apreço pelo trabalho e dedicação que a Senhora Maria da Luz Duque aplicou ao longo destes anos, em prol desta causa digna e espero que a sua sucessora dê prosseguimento a este trabalho tão louvável. --

----- As Juntas de Freguesia também têm um papel importante e, no que diz respeito a Algés, também nos vangloriamos por ter um núcleo que intervém a este nível.” -----

----- O **Senhor Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de apresentar os meus cumprimentos à Senhora Presidente e demais representantes desta Comissão, que nos trouxeram este Relatório e que se prontificaram a estar aqui presentes para melhor o explicar.-----

----- Começo por fazer um ponto prévio em relação à intervenção feita nesta Assembleia pelo Senhor Marcos Sá (PS). Não posso deixar de dizer o quanto estamos fartos relativamente a este Grupo Político pretender ser arauto de algo a que todos pertence. O facto de estarmos, apenas hoje, a discutir este Relatório, é algo que a todos diz respeito. -----

----- Foi a Senhora Luísa Lisboa (PS) que referiu a necessidade de discutirmos este Relatório, mas para que fique registado em acta, isto não foi um agendamento protestativo do Partido Socialista. Pelo contrário, foi um assunto discutido e aprovado em reunião, por todos os líderes dos Grupos Políticos, para hoje estar a ser aqui debatido. -----

----- Se alguém tem atenção a estes problemas dos jovens em risco, ela tem que ser analisada no seu todo. Não apenas pelos Membros desta Assembleia, mas também pelos Senhores Vereadores presentes. E para que conste na acta, nenhum senhor Vereador do Partido Socialista está presente nesta Assembleia para analisar este assunto. Estão presentes os senhores Vereadores do Partido Social Democrata e o Senhor Presidente da Câmara está representado pelo senhor Vice- Presidente. -----

----- Há quinze anos que estou ligado a uma instituição onde os jovens estão duplamente em risco. São filhos de famílias desestruturadas e estão em risco porque são vítimas da doença

complicada que é o HIV. -----

-----O papel das Comissões com as quais, por essa via, me tenho relacionado, merece o maior respeito. É um trabalho hercúleo por parte de pessoas com a melhor das boas vontades, com muitas carências e, fundamentalmente, com uma insuficiência de base que resulta da Lei cento e quarenta e sete barra noventa e nove, que define aquilo que o legislador quis, quer e, eventualmente, parece continuar a querer nesta matéria. -----

-----Devemos ter em grande atenção a importância crescente do papel destas Comissões, não das Alargadas, porque estas, pelo seu número tornam-se demasiado grandes, mas pelo número restrito de pessoas que dá a cara e que no dia-a-dia é chamado a resolver estas questões.

-----Gostaríamos que estas Comissões nem existissem, isso era sinal que os nossos jovens viviam no melhor dos mundos. Infelizmente, isto não acontece e, porque está em causa também uma Moção apresentada pelo Partido Socialista, há que perguntar se, dos cento e cinquenta e nove técnicos e mais uns milhares de números (que nos foram debitados pela Senhora Eugénia Godinho (PS) de forma tão rápida que eu pouco consegui entendê-los) se sobrou algum técnico para a CPCJ de Oeiras. -----

-----Parece não ter sobrado nenhum técnico, na medida que um dos pontos apresentados na Moção do Partido Socialista passa, exactamente, pelo aumento das capacidades humanas desta Comissão. O Partido Socialista esqueceu-se novamente de Oeiras, o que, nos últimos anos, não é de estranhar. -----

-----Gostaria ainda de mencionar um assunto que já foi referido, e muito bem, pelo Senhor Arnaldo Pereira (CDU). É muito mais importante ter condições de privacidade do que uma página electrónica. É muito mais importante ter alguém para atender quem, efectivamente necessitar de ajuda, do que ter um número de telemóvel para o qual ligar durante vinte e quatro horas. -----

-----Existe aqui uma confusão entre o que é mais e menos importante, quando o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

importante é que o legislador altere o normativo vigente, para que estas Comissões sejam vistas de outra forma. -----

----- Estas Comissões têm que ser actuaentes, devem ter capacidade de intervenção, não podem depender de um carro cedido pelos próprios, ou pela Câmara Municipal e gostaria de ver no próximo Relatório algumas ideias mais profundas sobre o que deve vir a ser o trabalho desta Comissão de Oeiras, para a tornar mais eficaz e exigente. -----

----- Gostaria de colocar à Senhora Presidente da CPCJ algumas questões, que já aqui foram postas, para poder votar em consciência esta Moção apresentada pelo Partido Socialista. -

----- Tendo em conta que estamos hoje a analisar o Relatório referente ao ano de dois mil e seis, acredito que o tempo que, entretanto, passou tenha contribuído para a resolução de algumas das questões, contudo, gostava de saber se já estão resolvidos os problemas da privacidade no atendimento e do carácter reservado dos processos. Gostava, ainda, de ser informado se, com a actual Lei, é possível melhorar a qualidade do atendimento e a disponibilidade temporal dos componentes da Comissão, e também perceber qual a importância de haver um atendimento permanente via telemóvel.” -----

----- O **Senhor Marcos Sá (PS)** esclareceu:-----

----- “Relativamente ao agendamento deste assunto, confirmo claramente que o mesmo ficou definido em Reunião de Líderes. Mas, efectivamente, foi o Partido Socialista que disse que esta matéria tinha que ser discutida em sede de Assembleia Municipal. Até se levantou a questão de ser, ou não, obrigatória a discussão do Relatório e para que fique claro, isto apenas significa que houve alguma desatenção dos outros Grupos Políticos, mas penso que todos juntos conseguimos chegar a essa conclusão e colmatar essa falha, que foi de todos, inclusive do Partido Socialista. -----

----- Com o agendamento desta Reunião, esperava que, em vez de críticas à Proposta de Recomendação apresentada pelo Partido Socialista, fossem deixadas aqui algumas sugestões de

recomendação à Câmara Municipal, para o bom funcionamento desta Comissão. Acho que é esse o objectivo desta Reunião e, mais uma vez, o Senhor Jorge Pracana (PSD) não teve a capacidade, ou não teve o tempo necessário, para fazer esse trabalho político, no sentido de contribuir para o bom funcionamento desta Comissão. -----

-----Em relação à minha intervenção, julgo ter sido altamente contundente, mas é assim que faço política, principalmente quando oiço algumas coisas que me fazem confusão, nomeadamente no diagnóstico destas situações. -----

-----Nesta questão das Recomendações, todos vemos que é necessário muito mais e que necessitamos de todos os meios e mais alguns (e é evidente que o Governo também tem responsabilidade nisto), e todos os investimentos que fizéssemos nesta área seriam poucos para colmatar as dificuldades que temos. -----

-----E por isso, quando ouvi que “está tudo bem” e que “só faltam os técnicos”, levou a que fizesse uma intervenção mais contundente. Porque estamos aqui a falar no futuro destas crianças, muitas delas em situações muito delicadas e complicadas. -----

----- Relativamente à referência feita pelo Senhor Jorge Pracana (PSD) à ausência dos senhores Vereadores do Partido Socialista, nem me vou pronunciar sobre o assunto, mas gostaria de dizer que considero que este não é apenas um problema do Partido Socialista, nem do Partido Social Democrata. Este é um problema que todos temos que resolver e o que lamento é que o Senhor Jorge Pracana (PSD) venha fazer referências dessas, pois dado o seu nível intelectual, não lhe reconheço esta forma de fazer política.” -----

-----O **Senhor Jorge Pracana (PSD) em Defesa da Honra**, disse o seguinte:-----

-----“Explicar ao Senhor Marcos Sá (PS), uma pessoa que merece o máximo respeito, que o Membro do Grupo Político do Partido Social Democrata desta Assembleia, Jorge Pracana, tem sempre todo o tempo do mundo para estas questões. -----

-----Há que ter em conta que a bancada deste Grupo Político e eu próprio, dissemos aqui



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

algo que deve ficar bem claro. A questão essencial do funcionamento destas Comissões passa pela alteração da Lei. E se os senhores, que estão em maioria na Assembleia da República, o quiserem fazer, podem fazê-lo. -----

----- De facto, as Comissões, a funcionar com esta Lei, não chegam a lado nenhum e não é com páginas na internet, nem com atendimento permanente ao telemóvel, que vão chegar a algum lado. Esta Proposta do Partido Socialista é, uma vez mais, fumo para tapar a realidade.” --

----- O **Senhor José Barroco (Presidente J. F. Linda-a-Velha)** interveio, dizendo o seguinte: -- -----

----- “A minha intervenção aqui não é um desconhecimento de causa, mas sim um testemunho. Pelo menos, duas das pessoas que ali estão sentadas, conhecem-me há muitos anos pelo modo de apoiar, da melhor forma possível, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -

----- Estou a ver o Senhor Arlindo Barradas (IOMAF), que sabe perfeitamente que durante anos a fio, percorremos juntos os caminhos enlameados da Pedreira dos Húngaros e do Alto de Santa Catarina a fazer um trabalho de campo. Um bem-haja à Senhora Luísa Lisboa (PS) que trouxe este Relatório aqui, mas é preciso que todos tenham presente um fenómeno: -----

----- A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens é composta essencialmente por “gente do terreno”. Para podermos ver o trabalho que eles fazem, podemos pedir à Senhora Ana Faustino para visitarmos a Casa do Parque e vamos, com certeza, ficar impressionados; podemos pedir às várias enfermeiras dos Centros de Saúde e do Hospital de São Francisco Xavier, para verificar o trabalho que fazem de forma muito metódica, identificando crianças e jovens que, provavelmente, sem saberem como, são referenciadas e encaminhadas para uma destas Comissões. -----

----- Podemos ainda perguntar à Senhora Maria da Luz Duque como é que, voluntariamente, se coordena uma equipa que nos deixa por vezes impressionados.-----

----- Se são necessários mais técnicos, penso que a Comissão de Protecção de Crianças e

Jovens deverá dizer a esta Assembleia e à Câmara Municipal, o que mais precisa, em termos concretos e práticos, dentro da política nacional que está definida, a curto, a médio e a longo prazo. -----

-----Pode existir a melhor Comissão de Protecção de Crianças e Jovens deste mundo, pode existir o maior sistema montado por nós, mas, infelizmente, não é por isso que vão deixar de existir maus-tratos, nem crianças que são “atacadas” pelas próprias famílias. -----

-----Como o Senhor Arnaldo Pereira (CDU) referiu há pouco, e aqueles que estão na área jurídica, como eu, temos conhecimento, que estes actos acontecem normalmente portas adentro de casa. Por vezes, aquele indivíduo que tem públicas virtudes, tem vícios privados. E, como vemos na televisão, aqueles casos notórios, erradíssimos, em que todos os vizinhos dizem “ele era tão boa pessoa, não percebo como fez isso.” -----

-----Deixo-vos um último elemento de estudo. O que estamos a tratar é sensível e sigiloso. Vejam, por exemplo, o caso do vídeo que apareceu há quinze dias na televisão, com a história da professora, da aluna e do telemóvel. Não é do conhecimento de todos que os professores passavam por situações destas nas escolas? Porque passou um vídeo sobre o assunto, isto passou a ser uma matéria de estudo?-----

-----Este Relatório é muito importante que tenha vindo a esta Assembleia, mas que a sua vinda, tenha consequências. Se no Relatório do próximo ano, constar o dobro dos casos, isso não significa que esta Comissão de Protecção de Crianças e Jovens está a trabalhar mal. Provavelmente está a trabalhar melhor, descobrindo uma realidade que, sem ir ao terreno, desconhecíamos. -----

-----Não quero deixar de referir o trabalho que é feito pela Senhora Ana Barata e por todas as Assistentes Sociais, que são mandadas e pagas pelas Juntas de Freguesia, e, também, Linda-a-Velha contribui para este fenómeno. Elas tomam conhecimento de realidades que, de outra maneira, não eram conhecidas. E sem a coordenação dos vários elementos, não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

chegaríamos a lado nenhum. Bem hajam pelo vosso trabalho.” -----

----- A **Senhora Rosa Matos (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “A CPCJ de Oeiras visa afastar do perigo em que se encontram as crianças e jovens, proporcionando-lhes condições para promover e proteger a sua saúde, segurança, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral. -----

----- Conseguirá a CPCJ cumprir os objectivos a que se propõe? Estará a CPCJ de Oeiras apetrechada dos meios necessários e suficientes? Quantos técnicos tem a Comissão Restrita e a Comissão Alargada? Em quantas horas trabalham e serão essas horas suficientes? Que especialidades têm esses técnicos? Quantos processos estão distribuídos por cada um? Quantos dias por semana, ou horas, permanecem na Comissão? Não acham preocupante a Comissão Restrita não ter um único elemento a tempo inteiro? Quantos processos foram abertos no ano de dois mil e sete? Serão o voluntariado e o empenho suficientes para enfrentar os problemas crescentes? Qual a periodicidade com que se reúnem com as famílias e com o Ministério Público? -- -----

----- Quanto ao inquérito nacional notámos alguma fragilidade nas respostas que ouvimos, mas, pelo que percebemos, muitas delas já foram ultrapassadas.-----

----- Desejaria, ainda, saber se há prevenção suficiente e atempada nos casos assinalados. No total de seiscentos e cinquenta e quatro processos em dois mil e seis, entre transitados, instaurados e reabertos, resulta uma percentagem de quarenta e três por cento de processos por pessoa, será isso viável? O atendimento a partir das dezoito horas e ao fim-de-semana tem algum encaminhamento?-----

----- A CPCJ merece a nossa solidariedade e empenho na melhoria das condições. Lamentamos o atraso na apreciação deste Relatório e gostaríamos de poder apreciar o de dois mil e sete o mais rapidamente possível. -----

----- Temos o maior respeito pelo trabalho efectuado e o nosso agradecimento vai para

todos os que dão o seu melhor, desejamos as maiores felicidades aos que partem e também aos que ficam e continuam. Contem connosco para ajudar a ter uma Comissão que dê resposta às crianças e jovens do nosso Concelho.” -----

-----O **Senhor Salvador Costeira (Presidente J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte:-----

-----“Não me preocupa tanto o trabalho apresentado por esta Comissão, mas sim o tema que estamos a discutir. A génese deste problema e dos problemas sociais, para o bem e para o mal, começa sempre nas crianças.-----

-----Estou perfeitamente à vontade para falar desta matéria, uma vez que tenho nove filhos, catorze netos e um bisneto. Colocaram algumas questões que são fundamentais e, independentemente do que foi dito, o que é importante é ver o que se passa com as nossas crianças. --- -----

-----O objectivo da nossa sociedade tem que ser, fundamentalmente, lutar para pôr no rosto das crianças sorrisos de felicidade. -----

-----Rejeito absolutamente a designação usual “bairros sociais” e prefiro dizer “bairros municipais”, uma vez que “bairros sociais” são conotados com um aspecto negativo. Não é por acaso que, no quadro, apareceram três freguesias com mais problemas. São nessas freguesias que existem os bairros municipais. -----

-----Tenho desenvolvido muito trabalho no Bairro dos Navegadores, e este é um bairro com muitos problemas. Independentemente da multiculturalidade, há questões sociais que não podemos esconder. Relativamente à Educação, estou de acordo com o que aqui foi dito, mas o problema não está na educação. O problema está no espaço de tempo que medeia o final das aulas e a chegada dos pais a casa. Durante esse espaço de tempo, os miúdos “vivem” na rua. ----

-----Falou-se também aqui no associativismo. A questão fundamental é fazer com que as crianças tenham actividade e não passem esse tempo na rua. A génese do problema está na formação das crianças e se eles andam na rua, sem ninguém que os acompanhe, certamente que a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sua formação vai ter muitas deficiências. -----

----- Independentemente desta luta político-partidária, na qual eu não quero entrar, esta é uma responsabilidade de todos nós. Não é problema de um, de dois ou de três partidos, é de todos os cidadãos. -----

----- Devemo-nos preocupar a tempo inteiro com os problemas das crianças e, nesse sentido, fica aqui o meu apelo à Câmara Municipal, aos Membros da Assembleia Municipal e às Juntas de Freguesia, que muito têm trabalhado para encontrarem soluções e para darem às crianças apoio, para que, nos tempos livres, elas tenham ocupações. -----

----- Vou acabar a minha intervenção com um poema que escrevi há muito tempo e que fala de crianças: “E se o mundo atrás de nós, pode ser o porta-voz de uma saudade perdida, na imensidão da vida, também não tem importância, porque a vida é sempre infância, onde se renovam esperanças, nos sorrisos das crianças”. -----

----- O **Senhor Pedro Almeida (PS)** referiu o seguinte: -----

----- Depois das palavras sábias do Senhor Salvador Costeira (Presidente J.F. Porto Salvo), começaria por dizer que nunca estive em causa o reconhecimento da boa vontade e do trabalho das pessoas que compõem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

----- Temos a preocupação de assacar responsabilidades políticas sobre aquilo que é a responsabilidade da Autarquia de Oeiras no funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. É verdade que este é um assunto da responsabilidade de todos, mas, de acordo com o Relatório de dois mil e seis, não é da responsabilidade de todos, não se poder garantir a privacidade de quem se desloca à CPCJ, ou que o mobiliário é insuficiente e não garante o carácter reservado dos processos. Também não é responsabilidade de todos, dizer-se que, em dois mil e seis, a CPCJ não tem uma base de dados para a gestão dos processos ou, ainda, que esta Comissão reclame por apoio de mais funcionários. -----

----- Tenho a certeza que o que fizeram, foi aquilo que conseguiram fazer. Mas, há

responsabilidades do Município que são atribuídas por Lei, e que, em dois mil e seis, não estiveram à altura daquilo que eram as necessidades desta Comissão. -----

-----O Partido Socialista, na sequência da leitura que fez deste Relatório, apresentou uma Proposta de Recomendação. Claro que é possível falar em alterações à Lei e poderá sempre fazer-se melhor. Mas com a Lei que temos, já é possível fazer melhor e alguém teve responsabilidade para que, em dois mil e seis, a situação ainda fosse esta. -----

-----Tive curiosidade e consultei o Relatório Nacional, para saber se isto é apenas um problema de Oeiras ou se era um problema nacional. E cheguei à conclusão que, setenta e oito, vírgula três por cento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens dizem que garantem a privacidade no atendimento, ao contrário do que se passava em Oeiras, em dois mil e seis.-----

-----Oitenta e três por cento das CPCJ, consideram suficiente o mobiliário existente, o que não acontece em Oeiras. Noventa e dois, vírgula quatro por cento destas Comissões garantem o carácter reservado dos processos, ao contrário do que se passa em Oeiras. -----

-----Ninguém assume a responsabilidade por não se ter dado o apoio devido a esta Comissão e às pessoas que aqui estão presentes? Este é um tema que não dá para outdoors pré-eleitorais, para momentos de corta fitas ou para boas fotografias no Boletim Oeiras Actual. -----

-----Mas é um tema com uma enorme importância, como já aqui foi dito, e quero dizer-vos que me sinto envergonhado, por este Concelho, em dois mil e seis, ainda ter passado por este tipo de problemas, fáceis de resolver, num Município que tem recursos. -----

-----Neste caso, há responsabilidades que têm de ser assumidas. Ainda bem que a situação e a perspectiva são optimistas, acompanharemos o desenrolar das melhorias de instalações e a disponibilidade já demonstrada para resolver outros problemas que foram aqui assumidos. -----

-----Foram aqui apresentados alguns dados referentes a dois mil e sete, que retratam um agravamento da situação no Bairro da Outurela/Portela, na Freguesia de Carnaxide, o que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

me pode deixar tranquilo. Sei que há anos atrás, no Mandato do anterior Governo, terminou o programa do Ministério da Educação que se chamava “Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”. Entretanto, e felizmente, este Governo restaurou esse projecto, havendo já diversos protocolos estabelecidos com as escolas. -----

----- Gostaria de saber qual o vosso parecer sobre o que se está a passar na Freguesia de Carnaxide e se para algum efeito, a CPCJ de Oeiras já foi ouvida, se já existe alguma articulação no terreno, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara, numa das reuniões anteriores, assumiu que, apesar de haver já um reforço a nível de infra-estruturas, na Outurela, havia ainda algum desfasamento na articulação entre as diversas instituições.-----

----- Gostaria de saber, também, se já se sente, ao nível do Concelho, um efeito positivo causado pelos programas de enriquecimento curricular, ou se existe outro tipo de iniciativas que se possam tomar a este nível. Estou de acordo com o que já aqui foi dito sobre as crianças passarem muito tempo na rua sem ninguém que lhes dê apoio.-----

----- Para terminar gostaria, ainda, de saber se, com todos estes problemas resolvidos, e falo das instalações, do mobiliário e da inexistência de uma base de dados (que são de responsabilidade directa da Câmara), será possível ter alguma impressão sobre as principais causas sociais que hoje justificam um aumento considerável, tendo em comparação aquilo que se está a passar nas outras CPCJ, que se encontram numa situação mais ou menos estável. -----

----- Comparando com os números referentes a dois mil e quatro e dois mil e cinco de outras CPCJ do Distrito de Lisboa, Oeiras é um dos casos em que houve maior aumento. Era por isso importante obter o vosso parecer sobre este assunto, e se podem adiantar causas sociais concretas que justifiquem este agravamento da situação.”-----

----- A **Senhora Hermenegilda Guimarães (PS)** disse o seguinte:-----

----- Além de Membro desta Assembleia Municipal, também pertença à Comissão Alargada da CPCJ, pelos Bombeiros Voluntários de Oeiras, e lamento que só hoje esteja a ser

discutido este Relatório, que já vem muito fora de tempo. Espero que o próximo Relatório, referente ao ano de dois mil e sete, já tenha muitas destas situações resolvidas. -----

-----Queria só agradecer à Senhora Maria da Luz Duque todo o seu trabalho e empenho durante o tempo em que dirigiu esta Comissão, desejar-lhe muitas felicidades e também à próxima Presidente da CPCJ, que terá, com certeza, a mesma convicção.-----

----- O **Senhor Francisco Silva (BE)** disse o seguinte: -----

-----O Bloco de Esquerda não está representado nesta Comissão, o que me parece curioso, uma vez que oiço o Grupo Político do Partido Socialista dizer que este é um problema de todos, mas na altura da votação, talvez não tivesse sido um problema de todos. Provavelmente, também sofremos de um défice democrático em Oeiras. -----

-----Quanto ao problema que estamos a discutir, houve aqui uma declaração que me fez alguma confusão. Quando a Senhora Maria da Luz Duque diz que está tudo bem, penso não ser isso o que se passa, porque se assim fosse, estaríamos hoje a discutir o Relatório de dois mil e sete. Há alguma coisa que não está bem. -----

-----Quanto ao modo de funcionamento da Comissão, preocupa-me saber que o objectivo é de minimizar os problemas. A Comissão tem que ser mais ambiciosa e em vez de minimizá-los, a sua preocupação, deverá ser resolvê-los. -----

-----Preocupa-me que não haja uma base de dados para os processos, porque muitas vezes, apesar destes serem baseados na actualidade, devem existir muitos que estão relacionados com o passado. Há muitas famílias que são reincidentes nestes problemas de cariz social, por isso, considero importante que os técnicos tenham conhecimento do background dos processos. -

-----Gostaria de saber, também, o que falta para articular a Comissão com os outros intervenientes, para resolver os problemas do primeiro patamar de intervenção. -----

-----Quanto ao consentimento da família, nas acções a tomar pela Comissão, sobre os jovens, é óbvio que essa questão me deixa preocupado. A família é a base da sociedade e ela tem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que ser privilegiada (e se não conseguimos organizar uma família, quanto mais uma sociedade), mas gostaria de saber qual é a possibilidade que as crianças têm quando a agressão vem da própria família. Todos sabemos que encaminhar o processo para o Tribunal, fará com que este lá permaneça por demasiado tempo até que o problema seja resolvido. -----

----- Gostava também de saber se já foi estabelecido o Protocolo com o Ministério Público. Considero muito importante o Ministério Público poder resolver com a máxima brevidade estas situações, que são urgentes e que não podem esperar anos a fio como outro tipo de processos. -----

----- Fiquei um pouco baralhado, com a apresentação desta Moção pelo Partido Socialista, uma vez que alguns dos problemas já estão resolvidos, ou em fase de resolução. Já decorreram obras nas instalações da sede da Comissão e as mesmas têm que garantir a privacidade das pessoas, porque este é um assunto extremamente grave, que não pode ser tomado de ânimo leve.

----- Porque é que, no ano de dois mil e seis, não houve um plano de acção da Comissão, como está descrito no Relatório, e porque é que não houve frequência das acções de formação da CNPCJR? -----

----- Deixo uma sugestão, do nosso Grupo Político Municipal, que consiste em integrar os Auxiliares de Acção Educativa na Comissão, porque todos sabemos que eles fazem a ligação entre a autoridade escolar e aquele tipo de educação que não é repressora, mas sim, amiga. Que acaba por ter mais abertura com as crianças e jovens do que os próprios professores. -----

----- São eles que estão nos corredores e nos recreios da escola o dia todo, e muitas vezes, sabem mais da realidade escolar, a este nível, do que os professores. -----

----- Quanto à alteração dos estatutos, gostaria de perceber qual o problema do horário às terças-feiras, depois dou-lhe este artigo para poder ver melhor do que falo. -----

----- Quanto à evolução dos casos, temos que ver se ela, realmente, se refere à descoberta de uma realidade social que, supostamente, estava escondida. E se assim for, a Comissão está de

parabéns. Que o vosso trabalho continue a dar frutos, como tem dado. Esta, dita, evolução pode ainda ser o mero resultado de uma convulsão social que advém da falta de valores e da falta de acompanhamento aos nossos jovens. -----

-----Relativamente às actividades outdoor, se bem percebi, estas realizam-se fora das instalações com a equipa da Comissão, tendo como objectivo fomentar a coesão, o espírito de equipa, etc. Sinceramente espero que, nessa altura, fique alguém na Comissão para o caso de haver telefonemas. -----

-----Era muito importante criar uma linha de atendimento permanente, mas mais importante do que isso, e como disse o Senhor Jorge Pracana (PSD), é estar alguém que possa resolver o assunto presencialmente, em horas precisas.-----

-----Seria uma sugestão, conseguirmos ter, através da profissionalização, técnicos em permanência, pelo menos ao fim-de-semana, uma vez que os jovens passam, nesse período, mais tempo sozinhos e desprotegidos. E, se quiserem, não podem ser atendidos, nessa altura, pela Comissão. - -----

-----O Partido Socialista demarca-se em muita coisa, mas temos que ver que o Partido Socialista é responsável pelo actual Governo. Da última vez que reparei, fazia parte do Executivo Municipal e reparei, também, que o Partido Socialista tinha o Vereador responsável pelos tais Bairros Municipais onde existe a evolução destes problemas. É uma pena o Senhor Vereador não poder estar hoje, presente, porque, de certeza, teria muito para ajudar a esta discussão. - -----

-----Quanto às soluções que apresentámos, muitas vezes elas podem não ser as mais adequadas, mas com a nova Presidente, vamos renovar a nossa Proposta, de modo a sermos incluídos nas discussões da Comissão, porque penso que também temos algo importante a dizer.

-----Para terminar, gostaria só de perguntar à Senhora Presidente o que, realmente, faz falta à Comissão. Se falta apoio do Município, do Estado, se faltam mais técnicos, técnicos com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais tempo, apoio para a Comissão estar mais disponível para as pessoas, apoio na parte logística. Gostaria de ouvir quais são as necessidades extremas da Comissão. -----

----- Agradecia que a Senhora Presidente nos dissesse o que a Câmara pode fazer para resolver os problemas neste momento, uma vez que os nossos jovens, além de serem das classes mais desprotegidas, comparativamente com os idosos, têm que ser altamente protegidos.-----

----- O **Senhor Arlindo Barradas (IOMAF)** voltou a intervir, dizendo o seguinte: -----

----- Em relação às dificuldades logísticas que a Comissão atravessa, cada vez que há uma reunião da Comissão Alargada, nunca se sabe se ela se realiza em Carnaxide, em Paço de Arcos ou em Oeiras. Temos sempre que nos deslocar para algum lado. Porque é que a Câmara, com tantas instalações boas que tem, não pode ceder uma delas para que passe a funcionar como sede efectiva da Comissão? Temos grandes auditórios no Concelho, e estamos sempre na mira do empréstimo de um espaço para a realização destas reuniões da Comissão Alargada. -----

----- Note bem, Senhor Vice-Presidente, para que se tomem medidas neste sentido. A de arranjar uma instalação própria só para a Comissão. A sede que hoje existe tem um espaço exíguo, onde não cabemos, nem para a realização das reuniões da Comissão Restrita.-----

----- Ainda existe a questão de ter sido a Senhora Luísa Lisboa (PS) a pedir que a Comissão viesse aqui a esta Assembleia, mostrar o seu Relatório. Também eu já tinha referido, várias vezes, que esta Comissão devia ter trazido o seu trabalho, a esta Assembleia, que é o Órgão principal do Concelho, para que o mesmo seja avaliado, aprovado, ou rejeitado, se for caso disso.”-----

----- O **Senhor Presidente A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Já todos os Grupos Políticos intervieram, eu gostaria de dar duas explicações, sendo uma delas, dirigida ao Senhor Francisco Silva.-----

----- Nos termos da Lei, são quatro os representantes da Assembleia Municipal nesta Comissão. Como são cinco Grupos Políticos, algum tem de ser excluído.-----

-----Outra questão que eu queria esclarecer, e mais uma vez foi referida aqui essa situação, tem a ver com o facto deste tema estar a ser discutido hoje. O Relatório foi entregue à Assembleia Municipal em vinte e seis de Abril, e tive a preocupação de, no dia seguinte, despachá-lo para os Grupos Políticos. Só em Novembro, é que, na reunião da Assembleia Municipal, a Senhora Luísa Lisboa (PS) levantou o problema deste Relatório não ter sido presente à Assembleia Municipal.-----

-----Se o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tem a responsabilidade de agendar, para efeitos de deliberação ou apreciação de determinados assuntos, também os Grupos Políticos, nos termos regimentais, podem e devem sugerir o agendamento dos Relatórios, ou de outro assunto.-----

-----E se há alguma responsabilidade, por parte da Mesa, por não ter sido mais cedo agendada a apreciação deste Relatório, também a há da parte dos Grupos Políticos, que, de Abril (data em que receberam a cópia do Relatório) até Novembro, nunca levantaram o problema. ----

-----Por isso, não é legítimo que agora estejam a levantar essa questão, uma vez que também é da responsabilidade dos Grupos Políticos, pedir o agendamento do que lhes parece que deva ser agendado.-----

-----Dou a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, para que possa responder às questões que lhe foram colocadas.” -----

-----A **Senhora Maria Luz Duque, Presidente da CPCJ** disse o seguinte: -----

-----“Estou emocionada, nunca fiz parte de nenhuma Assembleia Municipal, pode ser que algum dia venha a fazer. Se não fosse por mais nada, com a participação tão rica que aqui houve, já tinha valido a pena termos estado aqui, hoje, convosco, porque realmente houve muitos contributos, quero-vos agradecer por isso.-----

-----Em relação ao Senhor Antas de Barros (PSD) quando focou o aspecto da cidadania, fiquei a pensar se o tinha dito bem ou não. Acho que é um acto de cidadania disponibilizarmo-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nos para fazer parte de algumas funções, ainda que elas sejam difíceis, ainda que nos dêem mais trabalho. Enquanto cidadãos temos esse compromisso com a sociedade, nomeadamente, quando os lugares são de eleição e não de nomeação. É evidente que é muito mais agradável ser eleito quando há várias pessoas a concorrer, se as pessoas não assumem essa atitude de cidadania, há sempre um que vai ser eleito, mas que não tem nenhum a contrapor. Penso que é enriquecedor haver mais do que um candidato, eu própria não tive opositor, não é que me sentisse insegura, mas teria preferido. -----

----- De todas as intervenções a que mais me chocou foi a do Senhor Luís Larcher (IOMAF) e confesso que não a percebi na totalidade.-----

----- Não sou tonta, sou uma pessoa optimista por natureza, mas também realista. Eu não disse que estava tudo bem porque, efectivamente, não está, mas quando tudo caminha, já é positivo.-----

----- Já agora esclareço que o Daniel não tinha processo na Comissão, estava no Tribunal, nós não tivemos papel rigorosamente nenhum nessa situação.-----

----- Em relação ao que passa cá para fora, gostaria de lhe perguntar se alguma vez ligou para a Comissão que não o tivessem atendido? Tem conhecimento, objectivamente, de alguma situação em que as pessoas não tivessem sido atendidas? Fiquei sem perceber se o que estava a dizer era objectivo, ou por ter ouvido dizer a alguém.-----

----- Fiquei um pouco perplexa com as suas intervenções, as quais gostava de perceber melhor. Acho que não adiantaram muito para a melhoria das condições da Comissão.-----

----- Também se falou numa base de voluntariado. Nós não somos voluntários, somos pagos, todos temos trabalho definido, e, tal como todas as pessoas que trabalham nestas áreas, trabalhamos mais do que as horas que nos pagam, mas somos profissionais com trabalho reconhecido, ligados a crianças e jovens. É esta a forma de seleccionar as pessoas para trabalharem na Comissão.” -----

-----A **Senhora Luísa Horta, secretária da CPCJ** referiu o seguinte:-----

-----“O Centro de Saúde de Oeiras disponibiliza dois dias por semana para que eu esteja na Comissão, recebo o meu ordenado correspondente à minha carreira da função pública, dois dias do meu trabalho, em vez de serem dentro das instalações do Centro de Saúde de Oeiras, são nas instalações da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras.-----

-----O voluntariado que faço é de cidadão, ultrapassando o meu horário de trabalho, quando as situações assim o implicam. Mesmo assim quando ultrapassam um sistema muito alto, posso sempre pedir para me serem pagas essas horas extraordinárias, pois não há voluntários dentro da Comissão.”-----

-----A **Senhora Maria Luz Duque, Presidente da CPCJ** deu os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Relativamente à ligação ao Ministério Público, questão que foi levantada várias vezes, melhorou substancialmente. Acontece que a própria Comissão Nacional teve algumas mudanças e tem-se implicado muito na ligação do Ministério Público às Comissões. Neste momento, temos agendadas várias reuniões com o Ministério Público até ao fim do ano.-----

-----Talvez não tenha sido bem explícita relativamente aos cinco problemas da comissão. Embora o título seja “Processos Instaurados”, esta situação diz respeito à Comissão Restrita.-----

-----Quanto à falta de formação/supervisão refiro que, efectivamente, durante o ano de dois mil e sete foi dada formação a todos os membros das Comissões.-----

-----No que diz respeito à supervisão esta foi uma conquista nossa de há pouco tempo, mas, neste momento, temos uma supervisora de “alto gabarito”, pedopsiquiatra - psicanalista de infância – com uma longa carreira que actualmente presta funções voluntárias de supervisão na comissão.-- -----

-----Em relação à falta de recursos, é evidente que os recursos nunca chegam, mas temos tido em termos de respostas da comunidade uma enorme melhoria, nomeadamente, na integração



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de pessoas das Juntas de Freguesia e de algumas IPSS's na nossa comissão. -----

----- A ligação com a Comissão Nacional melhorou substancialmente. -----

----- A falta de disponibilidade em termos técnicos e as instalações pouco adequadas à função. Efectivamente estamos a aumentar para o dobro os gabinetes, contando com melhores condições e garantindo, agora sim, privacidade relativamente aos processos e ao atendimento das pessoas. O que é que é preciso para melhorar? Há necessidade de muita coisa, mas dado que temos representantes da Assembleia Municipal na Comissão Alargada, poderá fazer-se uma reunião com este Órgão para podermos transmitir o que acharmos conveniente. -----

----- A Senhora Carolina Tomé (IOMAF) mencionou que só em metade do Concelho é que são abrangidas as escolas. Como somos duas, a Doutora Luísa como Secretária, e eu própria como Presidente, temos dois professores que associámos aos Centros de Saúde. Uma professora às escolas da zona do Centro de Saúde de Carnaxide, e a outra ficou agregada às outras escolas. O que acontece é que os estabelecimentos de ensino da zona de Oeiras não têm representante de formação equivalente à da Senhora na Comissão Alargada, tem sido uma falha. -----

----- Em relação às associações acho que é muito importante o movimento associativo, temos tentado e conseguido que algumas associações já colaborem connosco, mas são muito poucas. Há muitas Associações Juvenis no Concelho e temos tentado mobilizá-las para fazerem parte da Comissão Alargada, mas ainda não conseguimos ter a adesão que gostaríamos, embora quando há projectos concretos tenhamos o apoio dessas mesmas associações, principalmente nas férias.-----

----- Com esta Lei pode-se fazer melhor, mas não vejo qualquer melhoria com a sua mudança. - -----

----- Em relação a algumas comissões, que sentem que está tudo muito bem, a maioria tem um volume processual que não tem nada a ver com a nossa comissão. A maior parte delas nem sequer têm instalações próprias, trabalham dentro das Câmaras Municipais, têm um

gabinete que chega perfeitamente para o trabalho que realizam. Já nós temos um volume processual muito grande o que também tem alguma influência.-----

-----Quanto aos “TEIP’s” – (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) – temos um em Outurela, o Agrupamento Sofia Mello Breyner está constituído neste momento em Território de Intervenção Prioritária, tem uma psicóloga e uma assistente social. Há zonas que por muito que se dê é sempre muito pouco, porque as realidades são muito difíceis. Temos colegas que trabalham em Outurela, com um trabalho de enorme qualidade, onde existe um Clube de Jovens que tem imensas actividades de tempos livres e que apoia os jovens daquela zona, que já teve fama de ser um “antro” de mau estar, para se tornar um sítio acolhedor e de bom nome, graças ao trabalho realizado.-----

-----Os problemas e as causas são multi-factoriais. É difícil, por vezes, conseguir mais progressos porque é um problema social, não é só económico. Podemos dizer também que, temos filhos de licenciados, meninos que moram em condomínios fechados, não temos só de bairros municipais, temos muitos outros. O problema dos meninos destes bairros municipais é o facto de muitos pais estarem desempregados, ligados ao rendimento social de inserção e por todos esses motivos estão mais expostos a essa carência, juntamente com a falha de planeamento familiar, num País em que precisamos de crianças, mas em que, efectivamente a distribuição não é a melhor, nós sentimos isso muitas vezes, todo este conjunto de situações acaba por ser uma dificuldade para o nosso trabalho.-----

-----O Senhor António Santinha é Director da “Casa da Fonte”, que é uma instituição de acolhimento temporário da Segurança Social, sediada aqui em Oeiras. -----

-----A Senhora Ana Faustino é Directora da “Casa do Parque” e da Associação “Crescer Ser”, sediada em Outurela.”-----

-----O **Senhor António Santinha, representante da CPCJ** disse o seguinte: -----

-----“Quando há necessidade de retirar a criança do seu agregado, porque se nalgumas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situações a prevalência da família se manifesta no trabalho com a mesma, outras há (no caso de agressões graves, de situações de abuso e de outras mais complexas) necessidade de retirar de imediato a criança do seu agregado familiar. Essas situações estão salvaguardadas, principalmente as mais graves, independentemente do prejuízo que é tido muitas vezes para a criança. -----

----- O acolhimento de Oeiras, e que não corresponde só a este, a estrutura que dirige faz um acolhimento do Centro Distrital de Lisboa e é um bom indicador do trabalho que esta comissão tem feito ao longo dos últimos anos. A instituição onde eu trabalho é uma estrutura de acolhimento de emergência, ou seja, é aquela instituição que acolhe as situações mais graves. Posso dizer que não acolhemos uma situação de Oeiras há mais de um ano, isso para nós, enquanto elementos de uma Comissão Alargada que depois se reflecte no trabalho da Comissão Restrita, é um bom indicador, não nos deixa tranquilos, mas há muitas instituições, e se contarmos só com as situações do Concelho de Oeiras, a resposta em termos de acolhimento temporário, julgo que é suficiente. -----

----- Sinto muito mais dificuldade no acompanhamento das medidas de apoio junto dos pais ou de um outro familiar, onde o acompanhamento dessas medidas me parece mais difícil.”--

----- A **Senhora Ana Faustino, representante da CPCJ – Comissão Alargada** referiu o seguinte: -- -----

----- “Prestava aqui alguns esclarecimentos relativamente ao acolhimento e institucionalização, porque muitas das pessoas que aqui estão não têm conhecimentos muito aprofundados sobre esta temática e nalgumas das questões que levantaram denota-se a necessidade que têm de ser clarificados.-----

----- Não há maior maltrato do que retirar uma criança à família, eu que o diga, porque as recebo e vivo os traumas destas crianças quando retiradas do seu meio familiar, mesmo com maus tratos e situações muito complicadas, as mesmas têm ligações afectivas, fortíssimas, com as suas famílias, a sua retirada deve ser realizada depois de muito ponderada.-----

-----Foi aqui muito falada a questão da família, mas, nalguns casos, têm que ser retiradas. Quando isso acontece há um grande sofrimento, nós temos que ter muita consciência dessa situação, nalguns casos tem mesmo que ser, mas, é sempre feita uma tentativa para perceber o que não funcionou, quais as dificuldades que aquela família tem, porque só dessa forma e trabalhando a família é que nós justificamos em tribunal que o projecto de vida poderá ser a adopção e com grande frequência é essa a solução, porque quando se chega à institucionalização já é o último dos recursos e a maior percentagem dessas crianças são adoptadas, mas tem que se fazer uma trabalho muito bem estruturado e documentado para que um juiz dite a sentença de que a criança vai ter uma nova família.-----

-----Relativamente à capacidade de acolhimento destas estruturas, o que se defende são espaços muito familiares e com poucas crianças, precisamente porque se pretende que as mesmas tenham uma atenção muito individualizada, a “Casa do Parque” tem catorze e a “Casa da Fonte” tem vinte.-----

-----O que se pretende no futuro e o que é defendido, são os projectos a nível local e trabalhar-se na prevenção, mas, como é uma problemática muito complicada a CPCJ está a actuar numa realidade para conseguir dinamizar e articular com os projectos ao nível da prevenção, mas só se vai ver essa realidade na geração seguinte, estamos a lidar aqui com uma complexidade muito grande, o facto de estarem agora a serem dinamizadas comissões sociais de freguesia e a rede social, em que cada freguesia vai reflectir sobre que alterações é que tem que fazer em conjunto com as várias entidades locais, é que fará com que um dia mais tarde estes casos sejam cada vez menos sinalizados, tem que haver uma reflexão enorme ao nível de cada freguesia e da sua realidade, para se poder realizar o diagnóstico e sinalizar as melhorias que têm que ser efectuadas. Por serem realidades muito complexas, não se podem dar respostas simplificadas a este problema.”-----

-----A **Senhora Maria Luz Duque, Presidente da CPCJ** disse o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Em relação ao Senhor Arnaldo Pereira (CDU) agradeço muito as críticas e sugestões que fez ao nosso relatório. É realmente muito importante paginar qualquer documento, mas, por vezes, é porque temos muito pouco tempo e estamos pouco habituados a esse preciosismo, como à última hora vamos introduzindo várias coisas, depois, já é difícil paginar, mas vamos ter isso em atenção e concretizar mais os objectivos. -----

----- Quanto ao que foi dito pela Senhora Rosa Matos (PS) relativamente aos encaminhamentos depois da hora, esclareço que nós não trabalhamos vinte e quatro horas por dia na comissão, os casos que acontecem, a Polícia toma conta da ocorrência, se forem casos graves, e se houver uma situação de perigo, têm capacidade para retirarem as crianças e colocá-las num Centro de Acolhimento. -----

----- Está a ser feita uma base de dados nacional, nós, em relação a qualquer processo que tenha passado pela nossa comissão, sabemos dizer o ponto da situação, se está arquivado, qual o membro gestor, se tem uma medida aplicada ou não, mas, só damos informações se for caso disso. -----

----- Em relação ao Senhor Francisco Silva (BE), há muito tempo que consideramos a escola como uma comunidade educativa, ninguém fica de fora, é evidente que são muito importantes os auxiliares de educação. -----

----- Quando nós chamamos os parceiros a fazer o que se faz, ou quando se aplica uma medida, é um acordo que regula a cada uma das partes compete, temos sempre em conta e, por vezes são muito importantes, quer a pessoa que está à porta e que não deixa sair a criança, quer o professor que trabalha com ela, por isso, a escola para nós já é uma comunidade educativa.”-----

----- A **Senhora Luísa Horta, Secretária da CPCJ** referiu o seguinte:-----

----- “Relativamente à base de dados dependemos da Comissão Nacional para a elaboração do relatório, os quadrados das cores que vêm, e as colunas por ali abaixo, são a Comissão Nacional, e temos obrigação de as preencher daquela forma, tal como expliquei no

início das problemáticas.-----

-----Este ano a Comissão Nacional já está a formar todas as comissões, no mês de Março e Abril foi para o Distrito de Lisboa. -----

-----Com a nova base de dados, uma base nacional irá fazer com que a criança de Viseu, por exemplo, mantenha o mesmo número de processo nacional em todo o lado, que passe online no próprio segundo via internet, para a outra comissão. -----

-----Como a Senhora Maria da Luz disse, procuramos a criança e sabemos, imediatamente, onde é que ela está, qual o número de processo, vamos ao arquivo buscá-lo e sabemos exactamente o que se passou com esse processo.-----

-----Pensamos em dois mil e sete, até por termos tido esse problema em dois mil e seis, que para construir uma base de dados teríamos que pagar a alguém para a fazer e geri-la posteriormente, porque nem todos temos formação nessa área, é o meu caso, mas a Comissão Nacional lançou de imediato esse objectivo, porque também percebeu, a nível das outras comissões, o que se estava a passar. A Comissão Nacional pensa que na altura do Verão, aliás o Senhor António Santinha foi formador dessa base de dados, já estará disponível, será difícil arrancar de início, mas, essa questão ficará resolvida. -----

-----A Senhora Maria da Luz não falou numa outra questão muito importante, que é a autonomia funcional. A CPCJ não depende, tecnicamente, de ninguém, mesmo o próprio professor Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional, nos diz que não é nosso superior hierárquico. A nossa autonomia funcional também funciona a nível da Câmara, os apoios que temos, como devíamos e por isso achámos importante pôr naquele primeiro slide, que o apoio logístico é da Câmara, sem dúvida. -----

-----Outra questão muito importante e ainda bem que a focaram aqui, são os apoios académicos, dos quais sentimos imensa falta. As faculdades viradas para esta área, são na grande maioria em Lisboa, têm as comissões de Lisboa com quem trabalham e a Misericórdia, como



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sabem é uma instituição fortíssima a nível de investigação científica.-----

----- As faculdades aqui no Concelho ainda não olharam para nós, porque se calhar ainda não lhes fizemos a proposta. Mas teremos que ser nós a propor? Porque não são os outros a propor-nos a nós? Estamos à espera de ter algum tempo para o fazer, ou que alguma faculdade se proponha trabalhar no âmbito das nossas crianças. -----

----- É um problema da Comissão Nacional. É muito difícil de perceber dado que isto é uma realidade multi-factorial, é evidente que caminhamos a pensar que estamos do lado positivo, mas conseguimos perceber quais são os factores que a influenciam? Irão reparar que no próximo relatório nós temos imensos processos entrados, mas temos muito mais processos trabalhados e porquê? Porque trabalhamos pouco, ou por termos uma outra qualidade de exigência a nós próprios? É muito difícil conseguir perceber estas causas, uma faculdade poderia sem dúvida incidir num pequeno factor e perceber se o mesmo é influenciador ou não. Aguardemos que alguém se queira propor a isso.”-----

----- A **Senhora Rosa Matos (PS)** acrescentou o seguinte:-----

----- “Apenas para fazer uma adenda, porque não consigo deixar passar esta situação em branco, não na qualidade de Membro Municipal, mas como ex-Presidente da Federação das Associações de Pais do Concelho de Oeiras. -----

----- Nós temos um representante na comissão, penso que é a única pessoa que está voluntária e sem vencimento nenhum há oito anos, mas, com uma dedicação que deve servir de exemplo a todos nós.”-----

----- O **Senhor Luís Larcher (IOMAF)** disse o seguinte:-----

----- “Esta casa teve a amabilidade de convidar os membros da comissão a virem aqui apresentar o seu relatório, porque senão arriscávamo-nos a esperar pelo menos mais dois anos para saber o que fizeram em dois mil e sete e se terão alguma ideia daquilo que querem fazer em dois mil e oito. -----

-----Mas já que não estamos analisar só o documento, a Senhora Presidente levantou duas questões que me parecem prementes.-----

-----A nossa responsabilidade política está sempre associada a uma responsabilidade profissional, antes de concordar com a colega da Bancada do PS de nos ter convidado a vir aqui, não certamente a discutir um relatório ultrapassado e pelo que vejo até a Senhora Presidente já discorda do mesmo, gostaria de dizer, que há imensa competência da sua parte, temos que rapidamente perceber que cada um de nós tem a responsabilidade de saber aquilo que diz, quando fiz a minha intervenção procurei ter a bondade e a educação de, pelo menos, dizer que respeito a bondade do seu trabalho.-----

-----Agora aquilo que não posso esquecer é que falei com pessoas da equipa nacional, meus colegas de direito, que são magistrados, juízes, procuradores e vou citar, “ipsis verbis” para ficar em acta, aquilo que disseram sobre a comissão.-----

-----“Adiantaram que a Comissão de Oeiras funciona mal, porque se liga para lá e/ou não atendem, ou não sabem dizer o que quer que seja.-----

-----Quando se quer saber se há processos ou não, qual é o ponto da situação, não sabem, não dizem.-----

-----Há falta de humildade, porque o Tribunal e o Ministério Público se colocaram ao dispor para tirarem dúvidas e nunca o fizeram.”-----

-----Poderia citar mais.-----

-----A minha preocupação política não é com a Senhora Presidente, nem com a comissão, mas sim que esta e, aqui faço um juízo político, é inoperante. Esta comissão para mim coloca muito em causa, não só a forma como estamos a trabalhar com as crianças, como também a bondade do futuro delas.”-----

-----A **Senhora Graça Tavares (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Não tenho procuração da comissão, mas trabalho na área da educação há vinte e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

oito anos e conheço bem o trabalho da mesma. Infelizmente apanho as crianças entre os três e os dez anos, que são precisamente as mais sujeitas a serem vítimas de maus-tratos, sei que a comissão é disponível e estão sempre presentes quando é preciso.-----

----- Posso adiantar que um dos procuradores do Tribunal de Cascais, sempre que necessário vem a uma instituição na freguesia de Oeiras, que é o Instituto “Condessa de Cuba”. -

----- Só tenho a dizer bem da comissão e de todas as pessoas que trabalham na área da educação e que querem sempre o melhor.” -----

----- **O Senhor Pedro Barroco (J.F. Linda-a-Velha)** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Luís Larcher (IOMAF) peço desculpa, mas acho grave que se venha aqui de forma anónima, porque não referiu quem lhe disse essas palavras, pôr em causa o trabalho de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.-----

----- Falo por mim, porque durante um ano e meio/dois anos, foi uma Associação de Oeiras quem pagou a uma advogada para prestar serviço junto da CPCJ, essa advogada trabalhava no meu escritório e durante esse período fez trabalho “pro bono”, só saiu de lá porque em determinada altura, o Senhor Procurador, que estava delegado aqui no Tribunal de Oeiras, se prontificou para fazer esse trabalho. -----

----- Estranho essas palavras, acho que era de bom tom saber que acusação tão forte é essa, ou o seu autor.” -----

----- **O Senhor Pedro Almeida (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Não tenho procuração para defender quem quer que seja, mas também me custa ouvir alguém como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, falar nestes termos. Estamos aqui perante factos que nos têm que preocupar, apesar de já estarem a arranjar outras instalações, que visa melhores condições, a gravidade é nós termos chegado ao ponto de durante tantos anos ainda não termos garantido o carácter reservado dos processos.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu, dizendo o seguinte: -----

-----“Não é essa a questão, estamos a perder tempo com coisas que não têm interesse.”---

-----O **Senhor Pedro Almeida (PS)** continuou a sua intervenção referindo o seguinte: ---

-----“Não terem uma base de dados, sabe perfeitamente as consequências que isso tem e que vai, precisamente, no sentido do que o Senhor Luís Larcher (IOMAF) acabou de dizer. -----

-----Não faz sentido estarmos aqui a apontar o dedo uns aos outros, porque aquilo que existe tem muitas fragilidades, a comissão já o assumiu aqui, a mesma está a tentar resolver, mas, provocou no passado situações que são menos próprias, portanto, não vale a pena escamotear aquilo que é a realidade.” -----

-----O **Senhor Marcos Sá (PS)** fez um **Ponto de Ordem à Mesa:** -----

-----“Era no sentido de se votar a única Proposta de Recomendação na Mesa relativamente a este problema, dando mais condições à CPCJ.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

-----“Tenho alguma dificuldade quanto a esse assunto, porque consultando o Regimento da Assembleia, não encontro nada que o permita. Sugeriria que a Proposta de Recomendação fosse discutida na próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal. Se todos estiverem de acordo com a minha proposta, é assim que será.-----

-----Ponho à votação esta minha decisão.”-----

-----O **Senhor Marcos Sá (PS)** disse o seguinte:-----

-----“No Regimento não sei o que estará e o que não estará relativamente a esta questão. -

-----Agora o que não fará sentido é o Senhor Presidente ler o Regimento para umas coisas e não o fazer para outras. -----

-----Trouxe aqui uma questão que me pareceu pertinente relativamente ao assassinio de um jovem neste Concelho, no Regimento não está previsto, no entanto, aceitámos. Neste momento o que estamos a discutir e que é ponto único da Ordem de Trabalhos, é a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras e o Senhor Presidente acabou de dizer que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Regimento não permite a Proposta de Recomendação deste ponto.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “O Regimento não o permite, mas, se a Assembleia Municipal decidir, eu aceito, por isso é que coloquei à vossa consideração, tal e qual como coloquei o voto de pesar, onde todos concordaram, não o fiz sem colocar à consideração, porque não está no Regimento, portanto, não há dualidade de critérios.”-----

----- O **Senhor Marcos Sá (PS)** respondeu o seguinte.-----

----- “Se eu conseguir concluir o meu raciocínio, Vossa Excelência verificará que o seu comportamento é exactamente diverso relativamente ao mesmo assunto, vou-lhe explicar porque o procedimento não é o mesmo.-----

----- O Senhor Presidente aquilo que fez aqui no início foi questionar se concordávamos, ninguém se manifestou contra, o que está a fazer agora é completamente diferente, porque disse aqui claramente que não estava no Regimento e ia pôr à votação se aceitavam ou não, não foram bem estes termos que utilizou na primeira situação que era anómala e que não está prevista no Regimento, portanto, teve um comportamento diferente relativamente às duas situações.-----

----- O que lhe estou a dizer, fará aquilo que quiser, é que iremos votar, favoravelmente, a Proposta de Recomendação, até para ser de acordo com a sua primeira decisão.”-----

----- O **Senhor Alexis Godinho (IOMAF)** solicitou o seguinte:-----

----- “Não tem nada a ver com o assunto, apenas um pedido que queria fazer.-----

----- Como não estive no início da reunião, em relação ao voto de pesar, gostaria de saber se o meu voto podia estar incluído. Não sei se faz parte do Regimento, mas agradecia.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Proponho à consideração desta Assembleia votarmos esta proposta de recomendação.”-----

----- O **Senhor Daniel Branco (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“Creio que do ponto de vista regimental estando a Assembleia convocada para discutir esta matéria, é lógico que pode decidir sobre a mesma.-----

-----A Proposta de Recomendação é apresentada num quadro que, depois pela intervenção feita, se vem a revelar não ser o mesmo, nesse aspecto, aquilo que é a sugestão do Senhor Presidente e se o Partido Socialista o quisesse fazer, era não aprovarmos nada hoje. O Partido Socialista via em termos do que foi dito, e, do que consta na sua proposta o que poderiam modificar, numa próxima reunião da Assembleia apresentavam-na, era a forma mais cordial.-----

-----No entanto, não tenho dúvidas que é possível apresentar Propostas de Recomendação nesta Assembleia sobre esta matéria.”-----

-----O **Senhor Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte:-----

-----“A matéria que nos trouxe hoje aqui é deveras importante para nós não nos cingirmos a meros formalismos. Estamos perante uma realidade que é esta proposta poder ser analisada e, eventualmente, ser objecto de votação nesta sessão, o próprio proponente no início pôs a hipótese desta proposta ser retirada, no caso das explicações dadas pela Senhora Presidente da CPCJ, fosse de molde a poderem dar um enquadramento diferente, até porque o objecto da proposta é claro, esta é tão somente enquadrada pelo relatório que aqui nos foi referido.-----

-----Claro que a decisão última é do proponente, mas parece-me que a sugestão feita pelo Senhor Daniel Branco (CDU) é a mais ajustada, isso permitir-nos-á, por um lado, não estarmos aqui a tomar em consideração uma proposta que do ponto de vista da realidade poderá ser desajustada, o que nos pode levar a tomar deliberações ou a votar num sentido que não se adequa à realidade, por outro lado, pode permitir ao proponente reelaborá-la de acordo com aquilo que foram as explicações, e na próxima sessão discuti-la até com maior profundidade, dada a relevância da mesma.-----

-----Estou efectivamente de acordo se o proponente assim o desejar, com a sugestão do Senhor Daniel Branco (CDU).”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Marcos Sá (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Pelo que percebi é possível votarmos esta Proposta de Recomendação nos termos do Regimento, nesse sentido e visto que está cá o Senhor Vice-Presidente da Câmara que é quem tem responsabilidade nas Assembleias Municipais de responder o que está e o que não está feito, não é a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, com todo o respeito que tenho por ela, que tem que dar essa resposta, mas sim o Senhor Vice-Presidente relativamente às quatro deliberações que são propostas. O que não estiver feito é só retirar e votamos a proposta, não vejo qual é o problema, parece que estamos pela primeira vez a ter uma Assembleia Municipal.”

----- O **Senhor Francisco Silva (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Concordo com o Grupo Municipal da CDU. É uma proposta que está baseada em impressões, que, neste momento, já não são as mais correctas, não perdemos nada em adiar esta deliberação, porque revelará algum consenso por parte das bancadas, visto todos termos interesse em melhorar as condições da CPCJ. -----

----- Relativamente às palavras do líder da bancada do PS se quiser insistir e fazer má figura, nós votaremos contra.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Devido ao adiantado da hora vou fazer um esforço no sentido de ser célere e rápido.

----- O Partido Socialista deverá ficar ciente que se há que ter vergonha, não será desta Câmara, mas, sim, do Governo do Partido Socialista e daquilo que tem feito nesta matéria, digo isto por uma simples razão: porque não faz sentido de modo algum assacar à Câmara Municipal aquelas responsabilidades que apenas são do Governo do Partido Socialista. -----

----- A Câmara no anterior mandato e na pessoa da Doutora Teresa Zambujo, representava o Senhor Presidente na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, já neste actual mandato, faz-se representar pela Senhora Vereadora Elisabete Oliveira. -----

----- A Autarquia sempre disponibilizou todos os meios que estavam ao seu alcance,

nomeadamente, a nível de recursos humanos, financeiros e instalações. A Câmara tem hoje a trabalhar em permanência nessa comissão uma técnica e uma administrativa, disponibilizando também uma viatura que apoia a CPCJ, e, ainda, suporta todas as despesas relativas a água, telefone, electricidade e as próprias instalações. -----

-----Só pode ser por ignorância, quando fala numa base de dados. Já aqui foi dito pelos responsáveis pela comissão, que essa mesma base de dados só fará sentido se integrada a nível nacional, porque como sabe temos crianças que estudam em Oeiras, mas que vivem noutros Concelhos e vice-versa, não fará sentido nós termos um instrumento de trabalho que é uma base de dados informática, que apenas se restrinja ao universo do nosso Concelho, ela tem que ser trabalhada e ter valências por forma a estar integrada em todo o território nacional. -----

-----Quanto a questões e problemas levantados pela comissão, a Câmara, dentro das suas possibilidades, sempre deu resposta, sejam elas a nível de garantir condições, alterações, equipamento, mobiliário e outros. Não vejo, ao longo destes anos, em que esta comissão funciona em Oeiras, que tenha havido, quer por parte desta ou de outra administração, qualquer tipo de laxismo ou de vontade por uma área tão importante como a que esta comissão trata. -----

-----Eu próprio já fui membro da Comissão Alargada em duas qualidades, como representante de uma Associação Juvenil e pela Junta de Freguesia de Oeiras.-----

-----Por força orçamental da Junta de Freguesia de Oeiras esta comissão tinha à sua disponibilidade uma técnica na área da psicologia, em que o seu vencimento era suportado na íntegra pela mesma. Também já aqui foi dito por outros Presidentes de Juntas, nomeadamente, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha, que também eles suportam do seu orçamento técnicos e pessoas que trabalham nessa comissão. Esta responsabilidade que é da Administração Central, não deveria ser do Governo? -----

-----A determinada altura vi-me forçado a não poder ir às reuniões da Comissão Alargada, sabe porquê Senhor Marcos Sá (PS)? Porque a minha entidade patronal não me



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

permitia, por força de ser dirigente associativo, que durante o horário de trabalho me ausentasse para participar nessas reuniões, é pena que o Governo não tenha legislado no sentido dos dirigentes associativos e instituições que fazem parte deste e doutros Concelhos, não possam trabalhar de forma voluntária na Comissão Alargada da CPCJ. -----

----- A Proposta de Recomendação do Partido Socialista é perfeitamente extemporânea, todos estes pontos estão efectivamente resolvidos, quando diz excedência de funcionários administrativos, quero dizer-lhe que a Câmara cede um funcionário administrativo e técnicos a tempo inteiro, está ali a Senhora Raquel que é a técnica que está a tempo inteiro na CPCJ. -----

----- Quando foca a criação de uma página electrónica e um programa de base de dados, sou de opinião, tal como, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora que o representa nesta comissão, que esta deve ser desenvolvida pela Comissão Nacional, devendo depois ser disponibilizada a cada uma das comissões. -----

----- O atendimento, tal como aqui foi dito, não deve ser via telemóvel, mas sim presencial, durante o período de funcionamento a comissão tem capacidade a nível de recursos para prestar esse mesmo atendimento. Fora esse período, a PSP ou a GNR, em situações urgentes e de risco, podem sinalizar essas situações e actuar em conformidade. O que o Senhor Marcos Sá (PS) aqui entende na atribuição de um ou dois telemóveis à CPCJ, digo-lhe que não será pelo valor ou montante da despesa, mas, na nossa opinião não fará sentido. -----

----- Esta administração, de uma forma séria é para esta Câmara, uma área de grande preocupação, em que procuramos ter grande proximidade, que não se revela apenas no apoio dado a esta comissão, revela-se também no trabalho diário, quer a nível da acção social, dos serviços de educação, dos serviços de habitação ou da gestão social, desempenhamos no dia-a-dia ou no quotidiano de todas as crianças e jovens deste Concelho. -----

----- Muito obrigado a todos que aqui vieram tão gentilmente dispor o vosso relatório, desejo-vos os maiores sucessos profissionais e pessoais, quer no âmbito da comissão, quer

noutros, agradecendo o vosso voluntariado, a vossa entrega, no fundo o serviço que prestam à nossa sociedade de Oeiras e em geral à do nosso País.” -----

-----O **Senhor Marcos Sá (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“O Senhor Vice-Presidente não conhece a Lei, vou-lha ler para saber do que fala: ----

-----“Artigo décimo quarto – Apoio Logístico -----

-----Um – As instalações e os bens materiais de apoio, nomeadamente, o fundo de maneiio necessários ao funcionamento das Comissões de Protecção, são assegurados pelo Município, podendo para o efeito ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado, representados na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.” -----

-----Para esclarecer o Senhor Vice-Presidente que seria bom quando afirma determinadas coisas, saber pelo menos do que está a falar, percebo que não é a área dele, mas seja como for, quando se fala tem que se ter consciência do que se diz. -----

-----Relativamente aos pontos que aqui foram referidos, foi afirmado pelo Senhor Vice-Presidente da C.M.O., que os problemas estavam todos resolvidos, fica em acta o que está dito, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens não tem essa noção, para ela não está tudo resolvido.-- -----

-----Pela postura do Senhor Vice-Presidente, não pelo teor político, apenas pela forma como abordou a questão, iremos manter a votação desta Proposta de Recomendação. -----

-----A proposta é precisamente isso, se as coisas estiverem feitas, não há problema nenhum, estão feitas, se não estiverem, fica o posicionamento político do Partido Socialista. -----

-----Pelo que percebi das diversas intervenções dos técnicos no âmbito dos esclarecimentos, ficou claro que há muitas questões para resolver, algumas estão em fase de resolução, é triste chegarmos ao ano de dois mil e oito e percebermos que ainda não tenham sido resolvidas. Algumas só foram resolvidas, porque há um acto político, ou seja, porque esta Assembleia Municipal marcou uma reunião para discutir esta questão. Há quantos anos é que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esta questão não era aqui levantada? Se calhar as iniciativas políticas surgem agora, porque esta Assembleia Municipal e todos os Partidos Políticos, tiveram como objectivo trazer este assunto a ser discutido nesta Assembleia Municipal e levar a Câmara a fazer alguma coisa. -----

----- O que lhe digo Senhor Presidente, é que o meu grupo político quer votar esta Proposta de Recomendação.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

----- “Agradeço os conhecimentos, não parcos, do Senhor Marcos Sá (PS), mas o que acabou de dizer e até lendo a Lei, não me acrescentou nada. O que eu disse, está em acta, é que esta Câmara Municipal assegura a esta Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, tudo o que está na Lei, mais, vai para além do que está na mesma. -----

----- O protocolo que a Câmara tem é de mil e quinhentos euros mensais, com eles a Autarquia disponibiliza instalações, água, electricidade, telefone, fax, funcionária da limpeza, produtos higiénicos e todo o material físico para o funcionamento da comissão. Ainda disponibiliza um técnico, um funcionário administrativo e uma viatura. -----

----- Não me precisa de ensinar a ler a Lei, sei que não sou, nesse aspecto, tão letrado como o Senhor Marcos Sá (PS), mas adianto-lhe que tem responsabilidades acrescidas pelo facto de estar na Assembleia da República, acho que devia levar estas recomendações ao Parlamento deste País e colocá-las ao Ministro da Tutela dessa área. -----

----- Não tenho dúvida alguma que deveria haver por parte do Governo um maior empenhamento e, acima de tudo, como aqui já foi dito, todos os técnicos, todo o esforço em termos de recursos financeiros e humanos, parece que a Oeiras não tocou nada, e mais uma vez o Partido Socialista deixou este Concelho esquecido.” -----

----- O **Senhor Marcos Sá (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Muito rapidamente, porque não quero indispor ninguém, ainda por cima estão aqui os técnicos a ouvir esta questão política, o que é bastante desagradável. -----

-----Vou voltar a ler, porque o Senhor Vice-Presidente não esteve com atenção às intervenções que aqui foram feitas por camaradas meus.-----

-----Números nacionais de dois mil e seis, Oeiras, em comparação com outros Concelhos, Senhor Vice-Presidente deviam ter vergonha destes números.-----

-----Setenta e oito por cento em dois mil e seis, garantiam a privacidade no atendimento, nesse mesmo ano em Oeiras não garantiam.-----

-----Oitenta e três por cento das CPCJ, consideram o mobiliário existente. Em dois mil e seis este relatório diz que não são suficientes. O inquérito foi igual para todos.-----

-----Noventa e dois ponto quatro por cento, garante o carácter reservado dos processos. Oeiras em dois mil e seis.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** interrompeu, referindo o seguinte:-----

-----“Está a repetir aquilo que já foi dito.-----

-----Inclusivamente foi dito também que muitas das coisas que o Senhor Marcos Sá (PS) está a referir já foram corrigidas.-----

-----Se foram ditas não há necessidade de as repetir, estamos a perder e a fazer perder tempo às pessoas.”-----

-----O **Senhor Marcos Sá (PS)** respondeu o seguinte:-----

-----“Não é uma questão de se perder tempo, mas sim que o Senhor Vice-Presidente fique esclarecido, porque se não ouviu, tenho que o esclarecer novamente.”-----

-----O **Senhor Jorge Pracana (PSD)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**-----

-----“Um ponto de ordem à mesa por duas razões.-----

-----Embora não tenha procuração do Senhor Vice-Presidente, acho muito desagradável que se fale aqui em vergonhas. Está em acta que o Senhor Marcos Sá (PS) assim se referiu, institucionalmente estas questões não podem ser colocadas nestes termos.-----

-----Não quero propor à Mesa que se passe à votação de imediato, não quero fazê-lo, mas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se insistem faço-o, efectivamente acho que estamos todos esclarecidos, devidamente informados em relação à nossa orientação de voto, se a Mesa assim o entender será de colocar à votação.” ---

----- O **Senhor Marcos Sá (PS)** respondeu o seguinte:-----

----- “Estou aqui com todo o gosto, toda a calma, não me fui embora, não me levantei, porque este assunto para mim não é menor.-----

----- Disse que esta situação era uma vergonha, mantenho e quero que fique em acta. Uma situação de vergonha do Concelho de Oeiras, em comparação com os outros concelhos.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Se estiverem de acordo vamos passar à votação desta Proposta de Recomendação.”-

### **4.1. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CPCJ DE OEIRAS, REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E SEIS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----**

----- “Nos termos da alínea h) do número dois do artigo décimo oitavo da Lei número cento e quarenta e sete barra noventa e nove, de um de Setembro, é competência das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens elaborar um relatório anual de actividades e avaliação e enviá-lo à Assembleia Municipal.-----

----- Considerando o teor do Relatório de Avaliação da CPCJ de Oeiras, referente ao ano de dois mil e seis, enviado à Assembleia Municipal de Oeiras, pode constatar-se, entre os dados fornecidos, lacunas e carências no funcionamento e organização, cuja responsabilidade pertence ao Município de Oeiras, nos termos do número um do artigo décimo quarto da Lei número cento e quarenta e sete barra noventa e nove, de um de Setembro. -----

----- Com efeito, de acordo com o ponto sete do Relatório, «as instalações não garantem a privacidade de quem se desloca à CPCJ»; a CPCJ não dispõe de «Programa/Base de Dados para a gestão dos processos» ou de «Site ou página electrónica». Por outro lado, são referidas ainda como necessidades a «cedência de mais um funcionário administrativo» e a «realização de obras

de melhoria e aumento das instalações». -----

-----Sem prejuízo da avaliação global sobre a actividade em dois mil e seis da CPCJ de Oeiras, cumpre à Assembleia Municipal de Oeiras assinalar, de modo conseqüente e responsável, a relevância prioritária das políticas na área da protecção social das crianças e jovens, em conformidade com a informação disponibilizada pelo Relatório. -----

-----Assim, nos termos da alínea c) do número um do artigo décimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras, o Grupo do Partido Socialista propõe a recomendação das seguintes medidas à Câmara Municipal de Oeiras: -----

-----Um - Atribuição à CPCJ/Oeiras de um espaço adequado às suas funções, garantindo condições de privacidade no atendimento e o carácter reservado dos processos. -----

-----Dois - Cedência de funcionários administrativos à CPCJ/Oeiras, incluindo técnicos a tempo inteiro, que garantem eficiência na prestação do serviço, visando, igualmente, o reforço da capacidade de atendimento. -----

-----Três - Disponibilização de apoio técnico para a criação de página electrónica e de um programa/base de dados para gestão dos processos na CPCJ/Oeiras. -----

-----Quatro - No âmbito da Comissão Restrita, as diligências necessárias a assegurar o regime de atendimento permanente via telemóvel.” -----

#### **4.1.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras pôs à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Político Municipal do PS, tendo a mesma sido rejeitada, com cinco votos a favor do Partido Socialista, com doze votos contra, sendo dez do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e dois do Bloco de Esquerda e nove abstenções, sendo sete do Partido Social Democrata e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 20/2008** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CPCJ DE OEIRAS, REFERENTE AO ANO DE 2006, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa ao Relatório de Actividades da CPCJ de Oeiras, referente ao ano de dois mil e seis, apresentada pelo Grupo Político do PS, tendo a mesma sido rejeitada, com cinco votos a favor do Partido Socialista, com doze votos contra, sendo dez do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e dois do Bloco de Esquerda e nove abstenções, sendo sete do Partido Social Democrata e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

#### **4.1.1.1. O Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) fez a seguinte Declaração de Voto: ---**

----- “Votei contra, não por estar em desacordo com o que pretende, mas porque é uma proposta absolutamente desfasada no tempo.”-----

#### **4.1.1.2. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto:-----**

----- “O Partido Social Democrata absteve-se, fundamentalmente, por duas razões. -----  
----- Entende-se que esta proposta, de facto, não mereceria ser rejeitada, porque no essencial procura melhorar as condições de trabalho da CPCJ, mas também não merece o nosso apoio, na medida em que ela está, efectivamente, desfasada, tal como aqui foi dito pela Senhora Presidente da CPCJ e pela Câmara, está-se a trabalhar, muitos destes pontos aqui referidos estão já satisfeitos.”-----

#### **4.1.1.3. O Senhor Francisco Silva (BE) fez a seguinte Declaração de Voto: -----**

----- “O Bloco de Esquerda votou contra, porque apesar de considerar que todas as ajudas para a CPCJ são poucas, sabemos, perfeitamente, que não pode ser votada, pois não corresponde minimamente, à realidade aqui demonstrada pela Presidente da CPCJ. -----

----- Consideramos que apenas se trata de uma proposta plena de oportunismo político.”--

**4.1.1.4. O Senhor Joaquim Cotas (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto:-----**

-----“A CDU absteve-se porque manifestou, claramente, a sua opinião na proposta que fez ao autor da mesma, o que teria sido um ganho, não só para a proposta, mas, para o assunto que estava a ser debatido. Assim não foi entendido, a nossa posição foi corroborada pelo Senhor Jorge Pracana (PSD), nós achamos que, neste momento, esta proposta nos termos em que está e, depois de todo o debate processado, não fazia sentido a sua votação.”-----

**4.1.1.5. O Senhor Marcos Sá (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -----**

-----“Extemporânea não é a proposta, mas sim a acção da Câmara no tempo. -----

-----Surpreendente! Agradeço a posição da CDU e na perspectiva de termos aqui uma proposta em conjunto, mais forte e diferente no futuro, mas, depois de ouvir a posição do Senhor Vice-Presidente a dizer que está tudo bem e perfeito na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, só poderia forçar esta proposta, porque, de facto, demonstra e o futuro demonstrará, infelizmente, que não está tudo feito e que a Câmara pode fazer muito mais, todos em conjunto poderemos fazer muito mais, isso, verificar-se-á pelos resultados que tiverem no futuro relativamente à CPCJ.-----

-----Espero receber o relatório de dois mil e sete o mais breve possível, para verificarmos que a tendência e as coisas que começam a aparecer no Concelho de Oeiras são preocupantes.”--

----- A **Senhora Luísa Horta, Secretária da CPCJ** referiu o seguinte: -----

-----“Gostaríamos de fazer um convite à Assembleia Municipal, porque assim o agendámos, na última reunião da Comissão Alargada. -----

-----No dia vinte de Novembro festeja-se o dia da ratificação da “Convenção dos Direitos da Criança”. Como no ano passado não conseguimos festejar esse dia no nosso concelho, porque nos dedicámos a outros objectivos, este ano pretendemos festejá-lo de uma forma especial. Entre as muitas actividades que estamos a programar, esperamos que todas as crianças possam ter acesso a algo sobre os direitos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Neste sentido, gostaríamos de solicitar à Assembleia Municipal, que à semelhança do que se passou o ano passado na ONU, as crianças do nosso concelho aqui viessem expor os seus problemas e o que eles sentem que poderia ser mudado neste mesmo concelho. -----

----- O convite está feito, posteriormente gostaríamos de saber a resposta.” -----

----- O **Senhor Pedro Almeida (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Na sequência da excelente ideia que foi agora apresentada pela Senhora Luísa Horta, gostaria de lembrar apenas que foi aprovada uma proposta na Assembleia Municipal, que visava, exactamente, criar aquilo que é a Assembleia dos Jovens. A própria Senhora Vereadora da Juventude já foi informada sobre a ideia, demonstrou disponibilidade em poder prosseguir-la, acho que pode haver aqui alguma articulação entre Assembleia Municipal/Câmara Municipal/Pelouro da Juventude/CPCJ, no sentido da mesma ser concretizada, o que me parece óptimo.” -- -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Gostaria de agradecer à Senhora Presidente e respectiva equipa a presença nesta reunião, embora demasiado longa, mas, o debate é assim mesmo. O nosso muito obrigado por nos terem apresentado este relatório da forma como o fizeram e agradeço, também, a disponibilidade que tiveram para aqui estarem. -----

----- As maiores felicidades à nova Presidente.” -----

### **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

**5.1. A Senhora Maria Isabel Vasconcelos, moradora em Talaíde,** fez a seguinte intervenção: -

----- “Moro na estrada de Talaíde, naquele malfadado ponto do Concelho de Oeiras. É sobre isso que pretendo falar. -----

----- Penso que todos estarão conscientes que aquela estrada, é uma autêntica montanha russa, tal é a sua configuração em subidas e descidas íngremes. No percurso entre Leião e a ponte que divide os Concelhos de Oeiras e Cascais, que serão cerca de dois quilómetros, na sua

maior parte não existem passeios para os peões, sendo habitual ver as pessoas a caminhar pela estrada em paralelo com os veículos, mas, obviamente, a velocidades diferentes e com bastante perigo para as pessoas. -----

-----Ao longo destes cerca de dois quilómetros existem apenas duas bandas reductoras de velocidade, com espaço muito curto entre elas e em local bem determinado, escolhido para protecção apenas de algumas pessoas. Curiosamente, cem metros mais abaixo, num local já com a descida bastante acentuada e onde existe um infantário não há qualquer banda redutora ou protecção. Isto encaixa bem no ponto que estiveram a discutir sobre as crianças. Já tive oportunidade, porque já fiz parte da Comissão Social da Freguesia de Porto Salvo, de colocar esta questão à Senhora Luísa Lisboa (PS) que também faz parte da mesma. -----

-----A partir da segunda banda redutora e até à ponte, no final do Concelho de Oeiras e devido à descida bastante acentuada da estrada, é ver os veículos a ganhar velocidade, muitos deles mais parecendo que vão em rali, pondo em perigo quem circula a pé e provocando com bastante frequência acidentes no cruzamento com a Avenida Engenheiro Valente de Oliveira, que o diga a PSP que terá esses registos, até porque quem vem da referida Avenida e entra na Estrada de Talaíde, perde completamente a visibilidade, dada a sinuosidade da estrada. Puseram lá um espelho parabólico que, frequentemente, também é vandalizado. -----

-----Como sou também eleita na Assembleia de Freguesia de Porto Salvo, já por várias vezes ao longo destes dois anos e mesmo antes, levantei este e outros problemas, mas, tenho vindo a ser informada pelo Senhor Presidente da Junta, de que se aguarda pela reperfilagem da Estrada de Talaíde, mas nem vislumbre dessa reperfilagem ou resolução dos problemas mais urgentes em que aqueles se enquadram. -----

-----Na qualidade de eleita da referida Assembleia e se algum dia, por infelicidade, se verificar algum acidente grave, por falta das medidas que há muito se impõem, tomarei a liberdade de chamar a comunicação social para dar notícia do estado da estrada e das vezes que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

já pedi soluções e que constam das actas. -----

----- Todos sabemos que as Juntas de Freguesia não têm poderes para resolver este tipo de problemas, mas, tanto quanto sei, a Junta de Freguesia de Porto Salvo já por várias vezes trouxe isto ao conhecimento da Câmara Municipal e também pediu soluções. -----

----- No que se refere ao troço da Estrada de Talaíde entre a Avenida Engenheiro Valente de Oliveira (após o novo prédio de gaveto) e a ponta final do Concelho de Oeiras, foi-me informado, numa visita que ali efectuei, por pessoas que ali habitam há muito, que a dona de todos aqueles prédios antigos e que têm as frentes com bastante terreno, já terá disponibilizado, há vários anos, à Câmara o terreno necessário para alargar ali a estrada e fazer passeios que também ali não existem. -----

----- Se é verdade, porque ainda não foi feito? Se não é, será urgente tornar isto uma realidade. Neste troço, quem circula a pé, tem de se resguardar dentro dos quintais, quando passam duas viaturas lado a lado, todos já lá passaram com certeza, sabem do que estou a falar, porque não há espaço. -----

----- Isto nem parece real, numa Autarquia cujo lema da lista vencedora foi “Oeiras Mais à Frente”, isto, pelo contrário, é Oeiras bem na retaguarda. -----

----- Também no mesmo local junto ao Chafariz, há longos meses que existe um entupimento na grelha do esgoto devido aos restos da areia que ficaram dumas obras na estrada e que nunca foram retirados, tendo depois sido arrastados pelas chuvas, entupindo-o. É ver, por isso, a água que vem do Chafariz a correr ao longo da estrada, sem poder, ela sim, livremente, caminhar para o esgoto. -----

----- Em frente ao número sessenta e dois, da Estrada de Talaíde, existe um abrigo de autocarro, que é uma vergonha que exista neste concelho, porque está, perigosamente, à beirinha da estrada, quando há espaço naquele local para fazer um abrigo recuado e para além disso é estreito, feito em chapas de zinco e com um humilde banquinho de madeira, em absoluta

desigualdade com os restantes abrigos e sem o mínimo de dignidade, nem protecção, para quem ali se acolhe. -----

-----Não poderei deixar de falar do Parque Infantil de Leião, cujo equipamento foi há muito tempo retirado por, supostamente, não estar de acordo com o que a Lei exige. O respectivo terreno passou para um estado de degradação absoluta, sendo, presentemente, um abrigo de mato e bicharada. Aquele parque foi construído com a colaboração da população, como está inscrito numa pedra lá existente e é urgente que volte ali a funcionar. -----

-----Apenas agora terá sido levantada pela Câmara, a questão de que aquele terreno poderá pertencer à igreja. É estranho! Pois tal questão nunca foi reivindicada pela mesma ao longo de todos estes anos. Se é porque a entrada do parque foi feita pelo átrio da igreja, esta poderá ser corrigida naturalmente, mas é urgente dar às crianças o que elas têm direito e nisso decerto a igreja também estará de acordo. -----

-----E fecho como comecei, deixando a mensagem a todos os eleitos da Câmara Municipal de Oeiras e desta Assembleia Municipal, que os munícipes da Estrada de Talaíde, têm direito à mesma dignidade que todos os outros das restantes localidades, porque apesar de se situarem no final do Concelho, também pagam os seus impostos.”-----

**5.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

-----“Resta-me agradecer à Senhora que acabou de intervir.-----

-----Todas as reivindicações e questões levantadas, são alvo de análise por parte dos serviços competentes, possivelmente, algumas até já estão em estudo, outras, eventualmente, estarão em início de documentação, mas, o que neste momento, poderei responder, até porque muitas das questões não tenho presente, logo que, por parte dos serviços competentes da Câmara exista uma resposta, a Senhora terá conhecimento dela e poderá, tal como o fez, acrescentar se assim for o caso, informações e opiniões sobre essas matérias.”-----

**5.3. O Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** referiu o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Esta nossa freguesia ao apresentar aqui estas questões, tem “carradas” de razão. Estes problemas têm sido colocados nos relatórios da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia de Porto Salvo e apresentados à Câmara.”-----

**5.4. O Senhor Joaquim Cotas (CDU)** disse o seguinte: -----

----- “Numa próxima Assembleia, daqui a uns meses, o assunto vai aqui voltar. Estou absolutamente convencido que o problema já estará em vias de resolução, não tenho dúvidas, esta minha convicção espero que seja correspondida.”-----

**5.5. O Senhor Pedro Sá (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Para além desse facto, enfim, não vale a pena dizer mais do que já disse noutras circunstâncias, apenas relembrar, mais uma vez, que situações como esta são o espelho sucessivo do que tem sido estes últimos vinte e três anos na Câmara Municipal, atenção permanente ao que está no centro do concelho, quanto mais longe da sede do concelho e periférico é o que se vê.”---

**5.6. O Senhor Francisco Silva (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Tenho o prazer ou a falta dele, de passar na referida estrada todos os dias, realmente a situação que a munícipe aqui descreveu, corresponde completamente à realidade.” -----

**5.7. O Senhor Presidente da A.M.** informou o seguinte: -----

----- “Meus Senhores queria informá-los que na próxima sexta-feira, pelas dezoito horas e trinta minutos, há reunião de líderes.” -----

**6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e trinta minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa.-----

-----

----- O Presidente, -----

